Fonte: www.marxists.org/portugues/tematica/combate

Ano II Nº28 - 30/9 - Quinzenal - 3$50
DIRECTOR E PROPRIETARIO MARILIA GOUVEIA — AVEIRO

COMBATE

A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES

Independência internacional
A LUTA PELO CAPITALISMO EM PORTUGAL

Editorial

CRISE é a palavra que mais se escreve e mais se ouve hoje em Portugal — e, por certo, no mundo capitalista. Porque se trata, de facto, duma crise económica mundial (especialmente visível no bloco do capitalismo ocidental) que, como não podia deixar de ser, se verifica também no nosso país: Portugal não é (ainda que o queira ser) uma ilha. Porém, as explicações que desta crise são feitas em Portugal baseiam-se sobremodo em interpretações que mistificam a sua natureza: a atribuição da crise, no post 25 de Abril, ao fascismo e ao boicote económico levado a cabo pelos capitalistas privados é uma defesa do novo poder capitalista constituído que procura assim dissimular que a crise se passa no modo de produção.

Recorde-se: houve o 11 de Março — o novo poder político, com as medidas então adoptadas (estatização quase completa da economia), tentou pôr cobro a essa crise. Mas a crise não depende da eficiência dos novos proprietários do Estado: porque a crise de que falamos é social — — a sua resolução precisa da adesão dos trabalhadores às medidas tomadas pelo Estado.

A crise política que tem sido a preocupação dos últimos tempos, entre nós (as dificuldades na constituição de governos estáveis e que governem), decorre de contradições entre os vários detentores do poder (ou a isso candidatos), fardados e à civil, e assenta em várias opções de desenvolvimento do capitalismo de Estado na região portuguesa — solução para um país que não tendo conhecido antes instituições regulares de «controlo civilizado» dos trabalhadores, conhece agora algum tipo de instituições produzidas pelos próprios trabalhadores.

Mas toda esta crise de governos se passa em terreno exterior ao proletariado. Quer dizer: nela, o proletariado apenas está presente enquanto ameaça potencial. Os problemas que agora tem a tecnocracia hão-de traduzir-se a curto prazo num reforço da exploração — a que se chama «batalha da produção» e em tentativas de enquadramento da força de trabalho por meios ideológicos ou, muito mais provàvelmente, práticos — isto é, repressivos.

A luta dos trabalhadores é necessàriamente outra: se esta for no sentido dum avanço do seu poder de intervenção (e, a ser avanço, só pode ser no sentido da criação de novas relacções de produção) todos os passos, todas as formas de organização têm que ser auto-controladas. E o seu conteúdo só pode ser o da abolição da sociedade que reduz os trabalhadores à condição de mercadorias. «Só o pode ser» porque, não o conseguindo, é inevitável a formação de novas classes privilegiadas — e estas podem formar-se mesmo a partir de fracções das classes hoje exploradas: daquelas fracções que hoje adquirem funções de representantes dos trabalhadores que escapem ao controlo destes. Porque o que está em causa na alienação dos trabalhadores é o modo de produção e as relacções de produção, e não as formas que podem adquirir. As Comissões de Trabalhadores e de Moradores (organismos produzidos directamente pela luta, eleitos), se deixarem de estar ligadas à base que representam, se deixarem de ser executores — revogáveis a todo o momento — de tarefas concretas, visíveis, da luta, se se instituirem como poder separado, são inevitavelmente aproveitadas pelos detentores políticos do poder capitalista, passando a representar os interesses destes nas fábricas, nos bairros, na vida social em geral, ou mesmo passar a ser meras correias de transmissão dos vários ministérios (da Economia, do Trabalho, da Habitação). Quer dizer: passarem a ser partes constitutivas do modo de produção capitalista.

Voltemos, porém, atrás: porquê a crise política de governação?

(Continua na Pag 3)

COMBATE: MUDANÇA DE SEDE

A sede do Combate, por acordo com os camaradas da livraria Contra a corrente, passa a ser, a partir de Outubro, na Rua da Atalaia, 204-206 / Lisboa 2 (ao Bairro Alto), devendo toda a correspondência e contactos passar a funcionar neste endereço. O contacto telefónico poderá ser feito, provisoriamente, através do nº 86.66.94.

ATRASO DO COMBATE

Este número do Combate é publicado depois duma interrupção de quase 2 meses, de que pedimos desculpa aos nossos assinantes e leitores.
As razões deste atraso prendem-se com questões de ordem prática: redução dos elementos do colectivo de Lisboa (que tem assegurado a publicação do jornal), bem como dificuldades de ordem económica. Sobre estas questões, ver a informação inserta na página 8.

A VIDA E A LUTA DOS MINEIROS dE S. PEdRO dA COVA

A MILITARIZAÇÃO DO TRABALHO NA CHINA

COMBATE
uma explicação

Fonte: www.marxists.org/portugues/tematica/combate

NACIONALIZAÇÕES OU ESTATIZAÇÕES?

Publicamos hoje a última parte da mesa redonda em que por iniciativa do Combate participaram vários trabalhadores da Sociedade Central de Cervejas (SCC), TAP e bancários, sobre a questão das chamadas nacionalizações. Apesar do tempo que decorreu entre a publicação da II parte (Combate nº 27, 31/7/75) e esta última, pareceu-nos todavia que as questões aqui discutidas são relativamente independentes — para além de que não temos por hábito guardar estas coisas na gaveta... As nossas desculpas aos camaradas participantes (pelo atraso).

AINDA A TOMADA DO PODER

COMBATE A — Efectivamente a tomada do poder é um objectivo da classe operária, mas o seu objectivo último é a destruição do Estado, é a sua destruição enquanto classe, é a abolição do salariado. Logo, se entendemos a tomada do poder como um salto qualitativo para a sua destruição não podemos desprezar todas as vias momentâneas de construção do comunismo, só porque não são assaltos directos ao poder político. Mas achamos que nos podemos centrar no espaço concreto da análise proposta: as nacionalizações.

COMBATE B — Tem-se falado aqui de que as comissões de trabalhadores são já um modo de controle dos trabalhadores de determinada empresa. Quando se fala ao nível de perspectivas próximas ou médias, ou mesmo a longo prazo, parece-me que seria de interesse ver como é que as pessoas aqui vêem a articulação dessas comissões de trabalhadores, não só localmente como entre si, para o poder estender — e que saída é que terá essa possível articulação entre elas.

AS DESILUSÕES DO SOCIALISMO

S. C. C. TRABALHADOR A — Acho que acontece uma série de coisas: a primeira é que as pessoas estão, de uma forma geral, extremamente desiludidas com os modelos de socialismo que estão em prática. O comunismo parece neste momento uma utopia, naquele sentido em que até agora não se realizou em parte alguma do mundo. Também um verdadeiro Estado socialista é capaz de estar a 100 ou 200 anos de distância. E isto é um problema muito grave porque as pessoas têm a sensação de que o socialismo está à porta. Quer dizer, que é possível acontecer depois de amanhã, se os trabalhadores tomarem conta do poder. É claro que os trabalhadores não vão tomar conta do poder depois de amanhã nem no ano que vem, nem daqui a 5 anos, nem daqui a 10, e mesmo que o tomassem depois de amanhã, tenho a impressão de que não sabiam muito bem o que é que haviam de fazer.

Porque este é, de facto, um problema. Até se chegar ao socialismo há que fazer muita coisa. E não é muito claro para os trabalhadores o que é que há que fazer, o que há que alterar e como é que isso se vai alterar. Só pode ser claro é que isso tem de ser obra dos próprios trabalhadores.

Isto faz voltar a um problema anterior que eu equaciono desta maneira: há certos sectores dentro do MFA, que advogam, que aceitam, quaisquer soluções para as empresas desde que essas soluções não signifiquem diminuições da produção. Pois se os trabalhadores quiserem tomar conta das empresas e aumentarem a produção, esses sectores do MFA aceitam isso perfeitamente e apoiam todas essas movimentações dos trabalhadores. Esse tipo de poder é conferido aos trabalhadores. Isto pode levar a pôr o problema do que é que os trabalhadores querem, amanhã, na semana que vem, no mês que vem, fazer ao nível do poder dentro da empresa — quando a gente fala de comissões de trabalhadores nas empresas — ou nos bairro, nas freguesias, — quando falamos ao nível de comissões de moradores. Dá-me a ideia de que aqui é preciso inventar muito. É preciso descobrir muito. É preciso que os trabalhadores discutam muito para chegarem a uma conclusão sobre o que efectivamente querem. Não me parece clara uma resposta para lá do dizer que isso é com o Governo. Pouco se vai além disto e normalmente quem vai além disto são os partidos da coligação que o que querem é muitas vezes enganar os trabalhadores na tomada de decisões nas empresas. Isto parece-me ser extremamente grave e põe o problema de conseguirem os trabalhadores formular alternativas, formular modelos de sociedade para os próximos anos, sabendo claramente que ainda não é uma sociedadade socialista, sabendo claramente que até na maior parte das empresas portuguesas não há sequer comissões de trabalhadores progressivas. Há uma grande confusão, há muita ligação entre os trabalhadores e o patronato, há umas coisas a que se poderia chamar impròpriamente cogestão.

A QUESTÃO DA ORGANIZAÇÃO DA LUTA

BANCÁRIOS, TRABALHADOR A — Nesta fase da sociedade portuguesa, põe-se o problema da organização dos trabalhadores. Já vimos a existência de Comissões de Trabalhadores, Comissões de Moradores, temos também que ter em atenção as diferenciações regionais que existem no país, e ainda o confronto entre as populações urbanas e as populações rurais, e analisar quais as formas que a organização dos trabalhadores deverão tomar.

Ainda no seguimento das palavras do camarada anterior, que o socialismo não se põe para amanhã, há a necessidade de ver quais as condições aprocurar que vias serão possíveis neste país, e estamos de acordo que a única coisa que os trabalhadores sentem muito concretamente é terão de ser eles a encontrar as formas de avanço e ser eles próprios a fazer esse avanço. O problema de como é que se poderá conscientializar largas camadas da massa trabalhadora, que tendo uma visão real dos problemas que os afecta no quotidiano, não têm ainda uma preparação que lhes permita perspectivar as suas lutas para avançar na tomada do poder político. Assim, põe-se o problema se a tomada do poder político será controlar logo o poder de Estado ou se se ficará por uma forma ainda intermédia, quer dizer, a criação de contrapoderes a esse mesmo poder de Estado. Tenho para mim que o essencial neste momento será a criação desses contrapoderes, portanto o desenvolvimento da capacidade de intervenção das comissões de trabalhadores, o apoio a essas mesmas comissões, de modo a que elas tenham conciência do papel importante que podem desenvolver neste momento e não se desliguem das bases que representam.

Por outro lado, o papel preponderante que deverão ter as comissões de moradores, quer a nível da cidade, quer a nível do campo é de imediato o problema da interligação das duas estruturas — Comissões de Trabalhadores e Comissões de moradores — e também o problema de como ligar os trabalhadores, quer organizados a nível do local de trabalho, com as forças armadas. Como fazer essa interligação?

Tudo isto, para além dos esquemas teòricos que se possam desde já avançar, terá de ser na prática diária que os trabalhadores portugueses irão encontrando essas formas de organização e irão encontrando os orgãos de coordenação necessários e criarão assim um largo campo de intervenção que se contraporá a situação burocrática do Estado, que se contraporá aos orgãos do aparelho de Estado, quer sejam orgãos do poder central ou do poder regional.

Temos neste paí uma tarefa imediata: consciencializar os trabalhadores para esta necessidade de organização e esta conciencialização terá que ser feita através das lutas que os trabalhadores terão de desenvolver par a satisfação das suas necessidades imediatas. Não me parece que se consiga trazer os trabalhadores para a batalha da produção através de slogans, ou através de campanhas massivas nos orgãos de informação. Os trabalhadores continuam a pôr a questão: Trabalhar para quem?, mas de qualquer modo poderão ser sensibilizados para a necessidade d um aumento de produção desde que vejam, no imediato, que essa produção não lhes escapa. Isto vê-se através de exemplos concretos, pois é verdade que neste momento existem 200 000 ou 300 000 desempregados (não tenho estatísticas certas sobre isto), e que anível da alimentação a carência deste país é total — a maior parte dos produtos que são consumidos na alimentação são importados — que a habitação não está nem de longe, nem de perto, em vias de se poder resolver, que os problemas ao nível da educação e da saúde continuam a ser tão graves como antigamente; assim, a batalha da produção só terá algum sentido quando se disser que os trabalhadores irão produzir para a satisfação das suas necessidades. Os trabalhadores poderão perfeitamente compreender se forem chamados a uma batalha de produção, em que se vão construir as casas de que necessitam e para essa construção irão começar a trabalhar alguns milhares de desocupados. Compreenderão também se passarem a produzir, por exemplo, bens alimentares, e outros bens essenciais de que carecem e poderão ser chamados a isso sem que se lhes ponha para já o problema de para quem serão os lucros, se para capitalistas, se para os Estado. Agora o que me parece inviável neste momento, em que nem sequer se sabe se haverá ou não indemnizações aos capitalistas no que respeita às empresas nacionalizadas, não estando de finido como elas se processarão no caso de as haver, isto é, se haverá diferenças de tratamento entre o grand e capital financeiro e o accionista que investiu pequenas poupanças na compra de acções, e ainda tendo em atenção o grande número de sectores que continuam nas mãos dos capitalistas, não havendo uma perspectiva de que o aumento de produção possa ser canalisado para a satisfação das necessidades imediatas, os trabalhadores serem chamados para a batalha de produção por slogans ou quaisquer outra campanhas não tem resultados. Voltando ao problema da banca, temos que na essência a banca continua a prestar o mesmo tipo de serviços que prestava antigamente, começando agora a falar-se de problemas de reconversão — a que os organismos oficiais chamam «reestruturação global». A reconversão da banca é um problema que pelo modo como venha a ser resolvido começará a clarificar as posições — passará a reconversão da banca pelo acompanhar das modificações que haja a nível da economia, ou far-se-á de modo a que essa reconversão venha a influenciar o rumo que a economia venha a tomar? Aqui temos forças que se confontarão: umas procurando recuperar a banca nacionalizada para apoio aos sectores que ainda dominam, outras, os trabalhadores que terão todo o interesse em que abanca seja perspectivada de modo a ir apoiar os sectores onde têm necessidade absoluta de que haja desenvolvimento: muito concretamente, o comércio interno dos bens essenciais, o comércio externo, a habitação e ainda o apoio às indústrias básicas, tendo em atenção que grande parte destas estão nacionalizadas, e conjugando isso com o avanço do controlo operário dessas mesmas indústrias.

Neste momento, havendo a necessidade de integrar a banca no apoio efectivo às necessidades dos trabalhadores, não se poderá esquecer que isso só tem algum significado se os próprios trabalhadores avançarem decisivamente nas suas formas de organização: quer no local de trabalho, quer no local de habitação, e criarem a necessária interligação das suas formas organizativas.

CONTROLO DA GESTÃO DO TRABALHO

TAP, TRABALHADOR A — Pessoalmente não tenho ideias definidas nem definitivas acerca deste ponto, pelo menos a nível de experiência concreta. Na realidade o que a TAP produz é um serviço de características especiais: vende lugares de avião. Os trabalhadores não estão em condições de definir nem o tipo de produto, nem o nível de preço desse produto, já que a nível de preços está sujeito a regras incontroláveis pelos trabalhadores — que são impostas pelo conjunto de Governos, e não pela empresa em si.

No entanto, não quero deixar de dar a minha perspectiva quanto aos caminhos que se devem seguir para avançar no controlo da empresa. Basicamente a minha opinião é esta: antes que os trabalhadores se constituam em classe dominante, isto é, antes que se apropriem do aparelho de Estado, as únicas formas organizativas que poderão ter são aquelas que se traduzem em fiscalização e controlo da gestão e não em envolvimento em gestão da empresa. No nosso caso particular, na TAP, pode-se dizer que em parte estamos traumatizados pela forma de cogestão que funcionou na empresa e com os resultados que até na altura previsíveis, infelizmente.

São do domínio da fiscalização e do controlo — a segurança do emprego, os níveis salariais, a aplicação da mais-valia, a fiscalização a par e passo da gestão da empresa. Só aí o trabalhador deve ter, a meu ver, acção. Logo que o aparelho de Estado seja apropriado pelo trabalhador — logo que o trabalhador passe a constituir a classe dominante — logo que entremos numa fase socialista (e antes que isso aconteça, ela não existe ainda que se dê esse nome ao que exista), só nessa altura se pode modificar a situação.

Nas presentes condições o que interessa ao poder político é que os trabalhadores giram as empresas, mas as giram por representantes da confiança do poder político constituído. E dou um exemplo: quando a TAP foi nacionalizada, o governo, na pessoa do ministro dos Transportes e Comunicações, propôs à Comissão Sindical que fizesse saber aos trabalhadores que gostaria que eles propusessem trabalhadores da sua confiança para fazer parte do orgão administrativo da empresa. Esses trabalhadores propostos pelos trabalhadores da empresa seriam ou não sancionados pelo governo e portanto só com pessoas da confiança do Governo eles iriam gerir a empresa: mais teria dito S. Exª, e isto é que me parece importante e grave, que se os trabalhadores o não fizessem, seriam os sindicatos a fazê-lo. Isto prova duas coisas:

Ao poder constituído só interessa que giram as empresas indivíduos, não da confiança dos trabalhadores, mas básica e primordialmente da confiança do governo;

os sindicatos estão dispostos (quando o ministro o disse tinha a noção perfeita desse facto) a impor aos trabalhadores, mesmo contra a vontade deles, indivíduos que perante a opinião pública serão os representantes dos trabalhadores.

Gostaria ainda de acrescentar, embora não se prenda muito com isto, mas com aspectos já focados, o seguinte: conterá, paradoxalmente. Vem adaptar as pessoas e a actuação das estruturas à situação antecedente, e não às situações novas.

Na minha opinião, as alterações estruturais nas empresas nacionalizadas, especialmente nos sectores bancário e seguros, só trazem resultado positivo se forem feitos imediatamente. Se a restruturação for feita lentamente, significa, em termos práticos que não se tira proveito da nacionalização, isto é, uma reestruturação gradual vem é adaptar a nova estrutura bancária, a nova estrutura de seguros, à situação precedente — isto é o que me parece que a-

Outra coisa que também me parece importante dizer, quanto à ligação de comissões de trabalhadores empresa a empresa: em fase posterior à actual a meu ver só de fiscalização e controlo e não de gestão, tal ligação é fundamental para provocar e até traduzir o enquadramento geral. Não se pode produzir sectorialmente sem que haja uma interligação entre os vários sectores de actividade, porque se isso não for feito, está criado o caminho para os trabalhadores que geram as empresas acabarem por se derrotarem a si próprios. Outro ponto que também se deve frisar é o seguinte, e que se observou nos primeiros anos de gestão soviética na URSS de 1917 a 20: verificou-se que os trabalhadores e os militares comunistas conquistaram o poder político, isto é, passaram a gerir por cúpulas políticas a sociedade soviética, mas na concretização das decisões e das linhas de orientação dessas cúpulas políticas, tudo era entravado pelos tecnocratas, no campo do funcionalismo e pela burguesia nos campos das actividades comercial e industrial. Isto é, entre a gestão política, perfeitamente correcta, e o trabalhador que executava as decisões vindas de cima, havia uma correcção, uma deterioração através dos intermediários entre os orgãos gestores e os orgãos executores, a tecnocracia mandatária. E é exactamente, a meu ver o que está acontecer neste país: mesmo decisões correctas que venham do poder político acabam por ser entravas na sua execução pelos tecnocratas que não estão identificados nem com o processo revolucionário, nem, muito menos, como os desejos dos trabalhadores.

BANCÁRIOS, TRABALHADOR B — Foi focada aqui uma coisa que me parece muito importante: a tomada do poder pela classe operária terá que passar necessariamente pelo confronto com a burguesia. Esse confronto vai ser excepcionalmente violento. Logo, a organização dos trabalhadores, terá que ser urgente, terá que ser imediata. A classe operária terá que ser, o mais ràpidamente possível, armada. Para isso, os trabalhadores em geral terão que se organizar juntamente com os soldados a fim de que as armas passem para as suas mãos, porque não será a ala progressista do MFA que poderá sòzinha ir combater as forças reaccionárias deste país. Até porque as forças reaccionárias não aparecerão sòzinhas — terão os seus aliados imperialistas. a combater aqui dentro. A organização trabalhadores terá que ser em conjuto com os soldados e marinheiros, com vista a esse confronto.

TAP, TRABALHADOR A — Eram só mais dois pontos. Um que é exemplo e outro que é uma observação em relacção a uma afirmação do primeiro ministro.

O exemplo é este: a banca foi nacionalizada, a TAP foi nacionalizada, e tanto eu julgo saber (embora não tenha absoluta confirmação disto), a TAP continua a ter exactamente as mesmas dificuldades — o patrão é o mesmo — na concessão de créditos que vinha a ter antes de, quer a banca quer a TAP, terem sido nacionalizadas. Isto é, a TAP por mais de uma razão, mas fundamentalmente por imobilização de divisas em Angola e em Moçambique (neste último território tem para cima de 1 milhão e 200 mil contos imobilizados, tem forçosamente de recorrer ao crédito. E as dificuldades, grandes, que tinha antes não eram em maior grau das que existem hoje.

'AUMENTAR A PRODUÇÃO', DISSE SUA EXCELÊNCIA

A observação em relacção à afirmação do primeiro ministro é a seguinte: Sua Excelência disse que temos de aumentar a produção há que activar a produção, temos que iniciar a batalha da produção, e disse: há que transformar os CTT, a CP, a Carris (creio que foi básicamente os exemplos que deu) em empresas produtivas, isto é, têm que deixar de ser empresas deficitárias, para esses lucros serem distribuídos pelo povo. Eu creio que há uma confusão muito grande na mente do primeiro ministro porque empresas deste tipo — são serviços públicos — não têm que ser produtivas no sentido de terem de dar lucros; em si podem ser deficitárias e a produção dessas empresas pode obrigar que elas o sejam até altamente, isto é, o seu serviço é que tem de ser altamente produtivo. Para a nação, o elas darem ou não darem lucro, isso pode ser uma pura ilusão.

NÃO-PROFISSIONALIZAÇÃO DO EXÉRCITO

BANCÁROS, TRABALHADOR A — Quanto ao problema de confronto com a burguesia, também não me parece que o confronto se dará num dia especial. Esse confronto vai-se dando nos avanços e recuos da classe trabalhadora, no desenvolvimento da sua luta. Assim, quando se põe o problema de armar os trabalhadores parece-me que tem de se defender a não-profissionalização do exército. como condição essencial que permitirá aos trabalhadores encontrarem as formas de se interligarem ao nível do poder local com os orgãos de poder que os soldados e marinheiros consigam dentro da estrutura militar. É, assim, essencial contrariar de todos os modos que o exército se profissionalize. O exército deve manter uma estrutura amplamente popular. A coordenação futura entre o exército o os trabalhadores, que poderá vir Essas contradições vão continuar a verificar-se.

Ainda agora o camarada da TAP chamava a atenção para o facto da TAP não ter resolvido os seus problemas de crédito com a nacionalização. Pois nem podia ter resolvido, porque neste momento há falta de dinheiro no país e o dinheiro não se inventa. O dinheiro existente tem que corresponder a uma contrapartida em termos de produção. Se não se aumenta a produção também não pode aumentar a capacidade monetária real existente. Podem-se fazer mais notas, e as coisas passam a valer menos, entramos no processo inflacionário — estamos na mesma, apenas com o disfarce.

Dá-me a ideia que é muito urgente que as Comissões de trabalhadores e as Comissões de moradores se agrupem, vão lentamente (mas o mais ràpidamente que puderem) trocando experências de luta e acordando em iniciativas comuns que poderão mais tarde, se de facto os trabalhadores se organizarem, a levar os trabalhadores à tomada do poder.

a passar por milícias conjuntas, não pode ser entendida como um armazenamento para uma batalha, mas sim como uma necessidade para uma batalha que já se está a travar.

S. C. C., TRABALHADOR A — Ao nível da Central de Cervejas as comissões de trabalhadores têem procurado chegar a formas de colaboração com comissões de trabalhadores de empresas ligadas, por qualquer forma, à sociedade de Cervejas (ou porque a SCC ou porque alguns dos seus accionistas maioritários são também grandes accionistas dessas empresas, ou porque essas empresas vendem em exclusivo produtos da SCC e portanto dependem da produção da SCC, ou porque os trabalhadores de outras empresas têm o seu trabalho a ser fornecido depois à SCC — fabricam garrafas, cápsulas, e por aí fora).

A nossa experiência de reuniões com esses trabalhadores, procurando trocar experiências e tentando controlar a actuação do capital, dos administradores que foram saneados da SCC, etc., é uma acção que até agora ainda deu muito pouco s frutos. E as pessoas têm um bocado a tendência para desanimar face a esses resultados. Isso para mim não é uma razão para levar as pessoas a pensarem que ainda é cedo, para que as comissões de trabalhadores comecem a trabalhar em comum. É uma razão para pensarmos que temos de ser extremamente unidos e persistentes. Isto tem muito que ver com a construção do socialismo. Nós não podemos por-nos todos aos gritos porque o socialismo não vai ser construído depois de amanhã. O poder popular vai avançar umas vezes mais rápidamente, outras mais lentamente, mas o que é necessário é que avance e que os trabalhadores que estão realmente interessados na sua criação se mantenham na luta e não desistam dela, por mais contraditórios que pareçam ser os caminhos que a sociedade portuguesa corra.

Fonte: www.marxists.org/portugues/tematica/combate

INDEPENDENCIA INTERNACIONAL

A LUTA PELO CAPITALISMO EM Portugal

DO 11 DE MARÇO À CRISE DE HOJE

Procurámos analisar em editoriais anteriores (Combate, nº 20 e 24) as razões por que a via capitalista de Estado pôde tão rapidamente após o 11 de Março desenvolver-se e por que parecia ser tão «radical» para reactivar a economia capitalista. Em síntese, a análise que então fizemos incidia sobre os seguintes pontos:

— a estatização de todas as instituições de créditotraduz-se num aumento das possibilidades de investimento (oferta nacional de capitais) por parte da tecnocracia; esta oferta de crédito é ainda acrescida pelo congelamento de salários superiores a 1 2 contos, o que se traduz num investimento forçado de excedente;

— a estatização de todas as empresas industriais básicas torna possível o aumento da procura de crédito, apesar da recessão do mercado; a procura de crédito era muito baixa em Portugal, em virtude das dificuldades de exportação. (A recessão estende-se a todos os países da esfera do capitalismo americano; e a isto temos de acrescentar a falta de competitividade dos produtos portugueses no mercado internacional). Além disso, o mercado interno é extremamente limitado. E para além de tudo isto, veio a verificar-se, depois do 25 de Abril, que a quebra da procura de crédito se acentuou ainda mais em virtude das novas coordenadas políticas não oferecerem total segurança ao investidor privado.

A oferta e a procura de créditos nas mãos do Estado determinam, ultima análise, o investimento.

Mas o aumento de investimento só tem significado na sociedade capitalista se a mais-valia produzida tiver possibilidade de realização através do mercado: o capital supõe a valorização do capital. Vejamos, assim, quais as novas condições de mercado após o 11 de Março:

Mercado interno

Como as empresas são directamente propriedade do Estado (ou por ele controladas), o mercado dos meios de produção tem tendência a desenvolver-se. É importante notar-se que este desenvolvimento não só é lento no tempo, como é condicionado por vários aspectos tecnológicos, bem como pela correspondência entre o dedenvolvimento tecnológico dos vários ramos industriais. O mercado dos bens de consumo aparece como secundário. Porque, de facto, o desenvolvimento do Estado como proprietário dos meios de produção faz com que o mercado dominante seja constituído pelo Estado enquanto comprador, ou seja: o mercado dos meios de produção. Pelo contrário, as estruturas económicas em que o mercado do consumo particular tem grande peso correspondem à dominância da propriedade monopolista privada.

Mercado externo

Este sofre grande retracção provocada pela crise económica mundial, como atrás indicámos.

• • •

Em conclusão: podemos dizer, quanto à situação de mercado, que devido à grande recessão que atravessa o mercado externo da esfera americana e ainda devido ao atrazo das relacções económicas do capitalismo português com os países do Comecon, da China e do «terceiro mundo», o mercado interno mostra-se fulcral para o desenvolvimento económico do tipo perfilhado pela fracção que dominou o aparelho de Estado a partir do 11 de Março, vulgarmente identificada com a linha PC, defendida nas Forças Armadas, entre outros, por Vasco Gonçalves.

.....

Se notar-mos que para a reactivação da economia é o mercado interno de bens de produção o mais importante, e que o desenvolvimento deste é lento, teremos aqui uma primeira dificuldade com que deparam os novos proprietários do Estado português.

Por outro lado, a dificuldade de realização de mais-valia traduz-se, em última análise, numa restrição do lucro real, que só pode ser compensada com a restrição dos salários. Daqui decorre a consequência de maior importância: a necessidade, para estes capitalistas de Estado, da contenção da classe operária, restringindo greves e refreando as concessões salariais, aumentando a exploração, mesmo através de trabalho gratuito (serviço cívico, serviço militar produtivo). É aquilo a que foi dado com redundante eloquência lusitana, o nome de «batalha da produção».

Mas, para isto, era necessário um empenhamento cego dos trabalhadores na reactivação da economia, produzindo mais por menos dinheiro. Neste capítulo, a reforma agrária mostra-se extremamente relevante, pois, para além de ser uma forma de diminuir a importação dum certo número de produtos alimentares (que constituem actualmente cerca de de 1/4 do déficit da balança de pagamentos) e de aumentar o mercado interno da indústria produtora de máquinas (alfaias agrícolas), é ainda importante para a contenção de preços e salários e para a diminuição do desemprego.

OS CAPITALISTAS DE ESTADO APELAM, MAS OS TRABALHADORES SÃO SURDOS

O problema persiste para os capitalistas de Estado: é-lhes absolutamente mobilizar força de trabalho.

O problema persiste para os capitalistas de Estado: é-lhes absolutamente necessário mobilizar a força de trabalho. Têm, neste sentido, dado provas duma considerável linguagem patriótica; mas isto não chega. A experiência tem mostrado que a força de trabalho não está tão disposta como isso a deixar-se arrebanhar pacificamente em sindicatrave as acções. Aos apelos, para a batalha de produção, do primeiro-ministro, da Intersindical, dos partidos, a força de trabalho tem feito ouvidos de mercador.

Mas aos apelos (à sua ineficácia) sucederam-se tentativas de enquadramento mais inovadoras, que vieram a conhecer uma espécie de síntese política através do «poder popular». «Poder popular» este que mais não é (ou quer ser) do que um enquadramento dos trabalhadores enquanto força de trabalho, adaptado às próprias formas de de organização por aqueles directamente produzidas, numa tentativa de as ligar ao aparelho de Estado (e, assim, aniquilá-las enquanto estruturas de luta). Isto no que diz respeito aos detentores do poder de Estado. Quanto aos a isso candidatos, a sua adaptação ao «poder popular» é-lhes indispensável para crescer em número e em peso político — toda a extrema-esquerda reconheceu que para conseguir enquadrar os trabalhadores, teria que assentar a sua acção nas estruturas autónomas e não nas estruturas tradicionais: os sindicatos. Foi a descoberta das Comissões de Trabalhadores e Comissões de Moradores, descoberta de que o PRP/BR foi historicamente o precursor (o seu a seu dono ...)

A dificuldade tida com o enquadramento dos trabalhadores foi o problema fulcral com que depararam os actuais proprietários do poder. A esta, fundamental, vieram, por acréscimo, juntar-se outras, por o desenvolvimento económico não terpodido dar-se no ritmo desejável: o desemprego não deixou de aumentar (situação agravada com o regresso dos colonos de Angola, com a diminuição do ciclo emigratório, com o regresso e desmobilização de soldados), e o custo de vida tem-se agravado.

Porém, se a força de trabalho tem resistido, esta resistência tem-se mostrado mais como não aceitação do que é lhe é imposto do que como afirmação do que querem impor. Questão que nos parece de impotância fundamental.

É neste contexto que outras opções para o poder de Estado aparecem e parecem ganhar base de apoio fácil, como procuraremos ver a seguir.

• •

DO PS AO CDS, PASSANDO PELO 'DOCUMENTO DOS NOVE'

Contra as formas integrais de desenvolvimento do capitalismo de Estado, reapareceram, com mais ou menos força, todas as tendências a favor dum desenvolvimento capitalista mais «lento» e «harmonioso». Não põem em causa as estatizações (vulgo «nacionalizações»), se bem que fossem partidários duma integração mais lenta dos capitalistas privados no aparelho de Estado, deixando-lhes maior iniciativa durante mais tempo. Por isso vêem agora os investimentos estrangeiros (em particular da Europa) como factor importante da reactivação da economia.

Esta via procura situar a região portuguesa «na Europa do seu tempo»: a tentativa é de não isolar Portugal dos problemas do bloco europeu/americano. Dos problemas — e das vantagens. Que vantagens? Parece-nos que aquelas que poderão permitir a curto prazo uma maior possibilidade de satisfação de algumas reivindicações salariais — o que iria no sentido duma possibilidade de desbloqueamento duma situação com potencialidades revolucionárias por parte do proletariado. Nisto estaria o realismo de Estado desta tendência. Tanto mais que no actual contexto pode mobilizar uma larga base da população que sente, por razões diversas, mais agudamente a situação post 25 de Abril: agricultores do Norte e Centro (extremamente afectados pelo aumento do custo de vida, pela precaridade da situação em que se encontram enquanto proprietários duma produção sem grande saída), colonos retornados de África, sem nada ou quase nada, franjas do proletariado cujos salários são ainda muito menores que os do Sul — o que seria como que uma base de apoio «móvel». Já uma outra base de apoio, esta por certo mais segura, se encontraria numa vasta gama de camadas sobremodo existentes ao nível da pequena e média burguesias — das cidades e dos campos, do comércio, da indústria e da agricultura.

De qualquer modo, as margens de manobra — tanto internas como externas — não são grandes também para esta tendência. As condições necessárias a sua implatação não podem deixar de basear-se num reforço da necessidade de acumulação de capital, o que, trocado em miúdos, quererá igualmente dizer «batalha da produção»: a sacrossanta fase-chave da «revolução portuguesa».

DAS ACROBACIAS DOS CANDIDATOS A DIRIGENTES DA FORÇA DE TRABALHO

Não vamos interpretar as múltiplas acrobacias dos vários movimentos de extrema-esquerda, os jogos de corredores, as negociações diplomáticas que constituem os eixos da sua prática política para aconquista do único objectivo que é a sua razão de ser: o poder em nome do proletariado.

Do MRPP, sério e fanático, à FSP, pecé dois, passando pela UDP, maleavelmente reformista, todos têm um projecto de sociedade semelhante ao do PC: isto é, um capitalismo de Estado integral, no qual o Estado detém todos os meios de produção (incluindo, naturalmente, os proletários) e controla toda a vida social. Todos pretendem uma coisa comum: aquilo a que chamam ditadura do proletariado. Que mais não é (no caso de poder ser) do que a ditadura dum partido, ou à la limite, dessa coligação de partidos. O partido decide em nome do proletariado que diz representar: a sua relacção com o proletariado é a dum chefe, segundo um perfeito modelo jacobino, expoente da Revolução Francesa, a grande revolução burguesa. O proletariado, nesta relacção, é apenas uma coisa (aquilo que é sempre): força de trabalho, objecto da política «feita em seu nome».

A função da extrema-esquerda não pode, porém, ser abordada utilmente sem que se aborde todo um conjunto de questões cuja modernidade voltou à ordem do dia de há alguns meses para cá. Procuraremos, num próximo editorial, voltar à questão.

RESOLUÇÃO DA CRISE E CRISE DA REVOLUÇÃO

Qualquer que seja a resolução desta crise política, isto é, qualquer que seja o grupo de tecnocratas e ou burocratas que chefie o próximo Governo, o proletariado só tem deles a esperar novas e talvez mais subtis formas de enquadramento no sentido de que se mantenha proletariado.

A subversão da sociedade de classes não se faz por etapas, nas quais e pelas quais se fortaleçam estruturas ou instituições não controladas pelos trabalhadores. A experiência histórica tem mostrado que só as estruturas produzidas pelas lutas através das quais os trabalhadores se opõem directamente ao modo de produção capitalista (negando, por isso, a sua condição de homens –mercadorias) são subversivas. Isto dito (que é dito apenas para situar os limites da acção dos trabalhadores), todas as lutas que combatem a organização do trabalho, a dispersão dos trabalhadores, as hierarquias, as diferenciações salariais, embora se passem ou possam passar-se no interior do modo de produção actual, não deixam por isso de ser significativas de avanços, sobretudo quando desenvolvem a acção autónoma dos proletários face ao resto da sociedade. Esta acção autónoma traduz-se na prática em formas de organização de decisão colectiva que introduzem uma oposição à vida social normal. E é esta vivência da acção colectiva que modifica os comportamentos, através da consciência adquirida na resolução dos problemas.

Na região portuguesa, embora a resistência dos trabalhadores contra os baixos salários, contra as precárias condições de trabalho, contra a disciplina, e pelo controlo daquilo a que estão ligados tenha atingido momentos altos, é verdade que a generalidade das lutas não conseguiu extravasar os limites estreitos do local (ou, por vezes, da área) de produção: as lutas têm permanecido isoladas umas das outras, mesmo a nível dos mesmos ramos de produção. Os trabalhadores têm mostrado muita confiança em formas de gestão daquilo que produzem que lhes são exteriores: no Estado, nos partidos, para quem são tão-só força de trabalho.

Se os trabalhadores não forem contraídos a ultrapassar os limites dos locais de trabalho e de habitação, procurando reconhecer nas lutas que se passam fora dos seus muros uma identificação com o que igualmente os move, se não forem capazes de estabelecer ligações que se traduzam em formas de organização que tendam a generalizar-se ao conjunto da classe formada por todos aqueles que a força de trabalho para sobreviver — tenderão necessariamente a fortalecer todos os poderes deles separados: todos os poderes (Estado ou partidos) para quem os trabalhadores são apenas força de trabalho.

E, note-se, isto representa apenas uma parte da questão da emancipação do trabalho. O avanço posto como condição necessária para a superação de tudo quanto limita ainda o movimento dos trabalhadores em Portugal, atrás apontado, supõe outro: que o extravasar do limites da fábrica passe pelo extravasar dos limites das fronteiras. Do mesmo modo que não pode haver um fábrica independente, não há lugar para um país independente — porque a independência de que falamos, a que diz respeito ao proletariado, só pode existir relativamente ao modo de produção que produz a vida actual, aqui, na América, ou na China. A exploração capitalista não tem fronteiras — isto, que pode ser lido como um slogan, marca porém, toda a acção necessária no sentido da emancipação proletária. Se as fronteiras nacionais se mantiverem, é porque as fronteiras sociais determinadas pelo modo de produção persistem.

A resolução da crise, nesta medida, passa, nos tempos que vão correndo, pela crise da revolução. A crise que hoje vivemos é de novo internacional. A sua resolução, por isso, em favor dos trabalhadores, não pode deixar de passar pela resolução daquilo que neste sentido a limita: a ausência de um movimento internacional solidário da classe proletária.

*

A VIDA E A LUTA DOS MINEIROS dE S. PEdRO dA COVA

O COMBATE CONTRA A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA TRAÇADO PELA CLASSE TRABALHADORA E POPULAÇÃO EM S. PEDRO DA COVA

Já conta com quatro dias a luta decisiva e a grande vitória da classe trabalhadora e população em geral, contra uma das mais nocivas entidades patronais, que durante anos e anos ao serviço do grande capital monopolista, reprimiu de maneira assassina toda aclasse mineira.

Como é do conhecimento público, toda apopulação, em número de milhares, mobilizou se em torno de um grande plenário geral da população.

Convém lembrar as importantes decisões que no mesmo foram massavamente deliberadas e apoiadas:

1 O PLENÁRIO reconheceu massivamente a nova denominação dos antigos escritórios da COMPANHIA DAS MINAS, que agora passarão a chamar se CENTRO REVOLUCIONÁRIO MINEIRO, assim como o novo nome da conhecida Central para CENTRO DE CULTURA POPULAR.

2 Foi considerado o papel fundamental de um Comite de Ocupação, que assegure, com o apoio da população a vitória alcançada sobre o capitalismo.

2.1 No mesmo Comitê estão incluidas representações da Escola Preparatória D. Afonso V, de algumas Comissões de Moradores, Grupo de Teatro Círculo e alguns populares, assim comouma ampla representação da classe mineira.

2.2 Desde esse plenário fica este Comitê responsável, com decisivo apoio da população, pela condução de todo o processo de luta revolucionária que se vem praticando.

2.3 Ficou esse Comitê responsável pela dinamização local em cada bairro para se constituirem verdadeiras comissões revolucionarias de moradores.

2.4 A actuação deste Comitê terminará quando se constituir um GRANDE CONSELHO ou ASSOCIAÇÃO de todos os moradores de S. Pedro da Cova.

2.5 Será este grande conselho ou associação que ficará responsável por todo o processo revolucionário desencadeado e a desencadear.

3 Anunciou este Comitê que se estão a fazer esforços concretos para a instalação imediata de um centro médico, infantário, Centro Documentação Mineira, jardim infantil, etc., nestes antigos escritórios da companhia.

4 Decidiu se que todos os moradores dos bairros, dos quais a companhia das minas é proprietária, deixassem de efectuar o pagamento a referida companhia, no entanto cada morador deverá agora fazer esse mesmo pagamento ao Centro Revolucionário Mineiro. Essa receita ficará em caixa, para que em futuro breve se aplique em melhoramentos de construção civil, saneamento dos respectivos bairros e outras aplicações que a população democraticamente representada nas suas comissões de moradores dará destino em benefício de melhores condições de vida para a comunidade trabalhadora.

Foi informado ao Plenário que a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Gondomar reconhece e apoia formalmente a ocupação e consequente processo de luta desencadeada. Tal reconhecimento resultou de uma reunião tida entre um grupo representativo da luta e a comissão administrativa da referida câmara, ocorrida com bastante êxito nessa mesma tarde de 23 de Maio.

Anunciou se que se vai organizar todo o material documental existente no interior destes antigos escritórios para que a classe mineira e população possam consultar em devido tempo.

Por proposta dos antigos mineiros, nesse Plenário, foi aprovado a retirada de todos os bens do sindicato revertendo os mesmos para o centro revolucionário mineiro. Dado que estes se sentiam ludribiados pois pagava se uma renda de uma entidade sindical que já não existe por lei.

Apelamos para forte e firme união de toda a população, neste processo de luta que reverte em benefício dos verdadeiros interesses da classe trabalhadora de S. Pedro da Cova.

Apelamos para que toda a população se organize em torno deste centro revolucionário mineiro.

"UNIDADE NA ACÇÃO CONTRA A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA"

"AVANÇAR FRENTE POR UMA VERDADEIRA REVOLUÇÃO SOCIALISTA"

S. Pedro da Cova, 25/ 5/ 75

O COMITÊ DE OCUPAÇÃO

Uns dias após a realização de um fim de semana cultural na Escola Preparatória D. Afonso V, Passal, reliza-se na mesma reuniaõ com pessoas previamente contactadas, bem como elementos uma brigada do SAAL, cujo assunto a tratar estava relaccionado com Companhia das Minas de arvão de S. Pedro da Cova: instalações a serem demolidas, casas em precárias condições de segurança e habitação, indmnizações, etc.

Em virtude de naõ se ter chegado a definir a forma de actuação relativamente a este problema, marcada uma nova reunião. Esta reunião não chega a ser efectuada visto terem sido ocupados os escritórios das Minas e o edifício 'Central' (este parcialmente) no dia 22de Maio.

Constitui-se 'ad-hoc' um comitê de ocupação formados por comissões de moradores aderentes, representantes da Escola Preparatória D. Afonso V, Grupo de Teatro 'Círculo', populares e antigos trabalhadores das Minas (Comissão Revolucionária de Mineiros – C.R.M.).

Realiza-se um plenário junto dos escritórios das Minas com a presença de largas centenas de pessoas.

Entretanto a Companhia das Minas envia uma carta registada a todos os inquilinos avisando-os que devem continuar as pagar as rendas das casas à Companhia assim como '... manifestar a sua ocupação perante os actos verificados lesivos dos nossos interesses e dos interesses dos trabalhadores.' Os inquilinos reagem inergicamente repudiando esta intimidação e reafirmam as posições tomadas no plenário.

É dado conhecimento das ocupações à Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Gondomar como ao Quartel General.

Reconhece-se a necessidade de um novo plenário para auscultar a opinião da população e denunciar todas as manobras divisionistas e falsos boatos postos a circular na freguesia, com incidência nos escritros das Minas. Este plenário registou a presença de 5 000 pessoas, aproximadamente.

Entra em funcionamento uma farmácia distribuindo remédios gratuitamente mediante receita médica. É confirmada a colaboração gratuita de um dentista.

É formado um secretariado com a finalidade de dinamizar o processo, funcionando também como orgão executivo do C.R.M.

Dada polémica levantada devido ao abaixamento das rendas, são efectuados plenários nos bairros das Minas com a finalidade de as pessoas se pronunciarem sobre o referido abaixamento.

As rendas passam a ser pagas às Comissões de Moradores dos bairros das Minas em favor dos mesmos (moradores).

Decide o Comité de ocupação enviar uma delegação a Lisboa a fim de contactar com diversos ministérios (IV Governo Provisório).

Por proposta do C.R.M. ao plenário das Comissões de Moradores de Gondomar (cerca de 800) é formado um comité pró-habitação e um comité revolucionário.

Dinamiza-se a formação da Comissão Coordenadora das Comissões de Moradores da freguesia. A Comissão Coordenadora integra-se no C.R.M.

A par de tudo isto funcionou activamente um Centro de Pesquisa de Documentação que, para além de fornecer informações a antigos trabalhadores das Minas sobre a sua situação possibilitando-lhes justas reivindicações (pensões de reforma, invalidez, etc.), tem já concluída uma peça de teatro com o título 'A GREVE' (greve dos mineiros em 1923) e um monografia sobre o lugar de Covedosa.

Uma equipa médica, depois de contactada dispõe-se a estudar o problema dos silicóticos.

É feita distribuição de desinfectante em estreita colaboração com a Direcção Geral de Saúde, integrada numa campanha higiénico-sanitária.

É criado um Centro de Cultura a funcionar com uma biblioteca, alfabetização e aulas de grau secundário.

São arranjadas quinze casas no lugar da Aldeia, uma reconstruída no Vale do Souto, duas reconstruídas no Bairro do Farrobo e outras obras já foram iniciadas.

ALGUNS ELEMENTOS DO C.R.M.

12/ Set/ 75

ENTREVISTA REALIZADA EM S.PEDRO DA COVA E NA QUAL INTERVIERAM AS SEGUINTES PESSOAS:

Um antigo trabalhador das Minas (mineiro) e morador de S. Pedro da Cova

Três mulheres, duas das quais também trabalharam nas Minas e moradoras de S. Pedro da Cova

Um elemento de uma Comissão de Moradores de um dos bairros das Minas

HISTÓRIA DO FECHO DAS MINAS

Assinante do Combate – As minas fecharam pela primeira vez em 1970. Depois fecharam possavelmente em 1972. Já em 1972 não estavam a trabalhar a grande parte dos trabalhadores...

Mineiro A – Só uma minoria. Cerca de 50 homens. Até 1970 havia um total de 700 homens ou coisa assim. Depois fechou e daí ficou uma minoria de 50 homens a trabalhar. Na certeza porém, que quando fechou trabalhavam esses 700 homens. Na altura em que ela fechou nós viemos aqui defronte ao escritório a ver se sabíamos o motivo porque fechou. Nós já tínhamos visto no jornal que estava fechada, mas não sabíamos o motivo. Aonde nós não tivemos resolução de asuntos nenhuns. Chegámos defronte ao escritório, estivemos aqui uma hora ou duas. Depois, disseram-nos no sindicato que havia lá alguém. Quem estava lá era um delegado do I.N.T. que burlou toda a gente: disse a uns que quatro dias por semana lhes pagavam e a outros (que até lhes faltava para a reforma uns dois anos), dise-lhes que depois se discutia o que eles haviam de receber. Foram as tais indmnizações. Ao resto esses do I.N.T. burlaram toda a malta; uns foram roubados em 50 %, outros em 70 % – ficou tudo burlado. Foi o que se soube que era o delegado do I.N.T. : estava ligado ao sindicato. Foram uns burlistas; o INT, o delegado e os do sindicato, que estavam a burlar toda a malta e continuaram sempre. No tempo do fascismo continuaram sempre a burlar quando nos dirigíamos ao sindicato para qualquer coisa, éramos roubados em formalidades e várias coisas. Então falávamos uns para os outros: vamo-nos queixar. Mas a quem? Começava um: mas a quem é que nos vamos queixar? Pois se esses do sindicato não resolviam nada, quando nos íamos lá víamos logo dois agentes da PIDE, pois eles telefonavam logo para a PIDE. E nós chegávamos ali e eles só nos ameaçavam, mais nada. Não faziam nada por nós.

SINDICATO – UM AGENTE DO PATRÃO

Ass. do Combate – Vocês organizavam se nas minas para discutirem os problemas relacionados com os mineiros, mas a discussão dos vossos problemas, era tratado no sindicato e não no local de trabalho.

Mineiro A – No sindicato dos mineiros, íamos lá para resolver o assunto e ainda éramos ameaçados. Ameaçavam-nos por este motivo ou por aquele e assustavam-nos pois nós éramos um bocado atrazados. Ficava mos a olhar uns para os outros e nada resolvíamos. Nem eles resolviam, nem nós resolvíamos nada. A quem é que nos havíamos de queixar?

Ass. do Combate – O sindicato dos mineiros não defendia os interesses dos mineiros, não é verdade?

Mineiro A – Tanto não defendia que só nos prejudicava. Pelo seguinte: é que nos ameaçava se nós fôssemos para lá com sugestões. De qualquer maneira seríamos punidos por isto, ou por aquilo ou por aqueloutro. E nós temíamos, e desistíamos de tudo. Nunca fizemos nada, não tínhamos nada a fazer. Estávamos ameaçados pelos próprios que nos haviam de defender. Só nos estavam a levar mas era a massa que nós dávamos para lá e depois ouvíamos dizer por este ou por aquele que eles iam para jantares e que faziam facturas; pediam para fazerem facturas do que comiam à custa do sindicato.

Mulher A – Quando foi a mulher do Sobral Mendes que mandou muitos contos de reis para aqui para as viúvas todas, para distribuir às viúvas, eles não nos deram um tostão. Ficaram com ele todo, meteram-no ao bolso. O Zeca Santos, o Cerqueira, os filhos do Cerqueira... toda a comandita que estava aqui dentro do escritório, que nos comeram aqui a olhos vistos. E a gente aqui... eu fiquei viúva, o meu homem trabalhou aqui na mina 48 anos. Eu fiquei viúva numa casa da mina. A mim pertenciam-me quarenta e tal contos, e deram-me dezoito. E disseram-me no Tribunal do Trabalho, assim: dou-te este e é por esmola. Eu tinha um filho na Guiné, o único filho que tinha, e três raparigas, quando fiquei viúva. Ele disse-me: dou-lhe este dinheirinho e é por esmola, senão até não lhe dava nenhum. Eu comecei a chorar e disse-lhe assim: o senhor, pelas almas de quem lá tem, não me leve renda até o meu filho vir da Guiné. Ele disse: vamos lá ver, isso vai-se resolver. E ele foi, e eu a cuidar que não pagava renda. Eles deram-me dezoito contos, a receber seis de cada vez. Pedi-lhes pelas almas do meu marido, se me davam doze contos naquele mês, que era para pagar uma dívida que tinha. Ele disse-me que ia ver, e deram-me doze contos naquele mês. Mas eu não paguei a renda, pois tinha ainda seis contos a receber. Quando cheguei cá para receber esses seis contos, descontaram-me todo. Não me deram nem um real, diziam que era para a renda.. E eu fui-me a chorar embora e fui-me queixar acolá ao Tribunal do Trabalho. Eles disseram-me que eu naquele mês não pagasse a renda, que deixasse estar pois fui para tribunal e não pude pagar a renda, que estava viúva, o meu marido tinha trabalhado aqui muitos anos e morreu aqui na mina. Eu disse-lhe: eu não pago a renda que eu não posso, eu tenho dinheiro pedido para o hospital. E cheguei do hospital e eles levaram-me um mês. Eu vim aqui pagar passados alguns dias do dia oito (pois não tinha dinheiro, fui pedi-lo) ao senhor José Santos. E ele não me pegou na renda, pois dizia que já não podia pagar a renda. Fui pagar um mês, e de um mês exigiram-me três a 240 $00 cada mês. Ora uma viúva em que trabalhou aqui o marido 48 anos! O senhor veja lá se há direito para estas coisas. Era de enforcar esse homem, esse e os patrões que vieram aqui. Porque a mim não me pertencia pagar um tostão de renda. Nem a mim, nem a todas as viúvas que estão nesta situação. E isto que eu tenho a dizer mais nada. Foi levar-me 240 $ 00, quando os outros estavam a pagar 180 $ 00. E a mim, por ser uma viúva pobre levaram-me 240 $ 00 – e quem diz a mim, outras pessoas estavam a pagar trezentos ou trezentos e cinquenta escudos, pessoas reformadas que não tinham possibilidade para semelhante.

HABITAÇÃO: CONTINUAÇÃO DA EXPLORAÇÃO

Ass. do Combate – Como é que se processava o arrendamento das casas?

Mulher A – Não tínhamos arrendamento, eram eles que faziam por eles. Eu nunca tive arrendamento nenhum. Era ele que vinha aqui e dizia assim: a senhora fica a pagar 240 $ 00. E eu pagava, não tinha arrendamento nenhum. Vínhamos aqui pagar e levávamos o recibo na mão, e mais nada. Era só assinado pelo Cid Monteiro. Eu tenho lá muitos recibos. Agora estes que vieram tiveram dó de mim, levam-me 150 $ 00. E até me levavam menos, eu é que disse que pagava 150 $ 00. Porque são pessoas que sabem o que estão a fazer. Agora esses, são uns ladrões – não se lhes pode chamar outra coisa.

Ass. do Combate – Pois, mas quando eu falei de como eram feitos os contratos de arrendamento, o que queria dizer era o seguinte: as casas pertenciam às minas, mas quem é que ia para essas casas? Eram só os mineiros ou podiam ir outras pessoas?

Mulher A – Havia gente do Porto.

Mulher B – Não, enquanto as minas rolaram eram só os mineiros.

Mulher A – Enquanto as minas rolavam eram só os mineiros. Depois que as minas deixaram de rolar, eles começaram a levar muito dinheiro. E cada um começou a fazer – aqueles que tinham possibilidades e ainda outros sem possibilidades nenhumas – uma scasinha, porque estavam reformados e eles queriam muito dinheiro. Não podiam pagar, e com esse dinheiro da renda dava para pagar o pagamento na drogaria. Levantaram-se umas casinhas, a pagamentos: ali no Pinguinhas, outro no senhor Antero. Eles davam os materiais a pagamentos. E foi assim, pois eles pediam muito dinheiro. Aos reformados e outras pessoas exigiam-lhes aqueles tantos de renda; uns 300, outros 400, outros 600, era conforme as divisões das casas. E conforme a gente foi recebendo as indmnizações, eles foram aumentando. Aquele que mais tarde foi receber, mais ficou a pagar.

Ass. do Combate – A Companhia das Minas tinha material de construção civil: cimento, tijolos, etc. A Companhia nunca facilitou aos mineiros a construção das casas?

Mulher A – não senhora, nunca. Era preciso vir aqui uma dúzia de vezes. É preciso fazer isto, é preciso fazer aquilo, e eles não iam. Nunca nos foram fazer nada, que eu me lembre nunca vi. Tínhamos lá umas fossas já há anos a correr por lá abaixo. Tínhamos lá um velho que era este ordinário que depois de acabar a mina...

Mulher B – Não chames ordinário ao homem.

Mulher A – Não é mais do que isso .... Depois de acabar a mina, ele é que ficou a mamar. Era tio do senhor José Santos, era todo da comandita, não é? e ficou aqui a mamar. Era reformado e estava a ganhar aqui das minas outra reforma, outro ordenado aqui da mina. Ele dizia que punha isto, que punha aquilo. Deu-nos um borrego de água choca por aquela estrada abaixo, de dia e de noite.

Mulher B – De dia não se pode andar, senão pode às vezes...

Mulher C – E por causa das crianças e tudo.

Mulher A – Se se fosse arranjar essa porca de fossa daqui a um ano, ia botar outra. Porque ele estava a ganhar a reforma dele e estava aqui a ganhar pelo sobrinho e pelo senhor Cid Monteiro. Ora esse homem o que é? Esse homem para mim não tem valor nenhum.

Mulher B – Esse homem é um fascista.

Ass. do Combate – Vocês sentiam que havia muitos problemas à volta da casa onde habitavam. Vocês nunca sentiram necessidade de se organizar?

Mulher C – Pois nós sentimos necessidade de ter aquilo que temos agora.

Ass. do Combate – De se organizar para reivindicar aquilo que...

Mulher A – Pois sentíamos, mas não havia a quem. Se não viesse agora o 25 de Abril, quem é que se aventurava a fazer uma coisa dessas? Ia tudo preso. Ninguém podia fazer nada, o senhor bem sabe que ninguém podia falar. Agora depois do 25 de Abril é que nós temos tido mais um bocadinho de liberdade.

Mulher C – A gente chegava à beira dele e ele insultava-nos do pior. Não se tinha grande medo. Mas até aqui eles metiam-nos a 'serronca' e a gente tinha medo.

Mulher A – Eu tinha lá um arame onde estendia a roupa – está aqui esta minha vizinha, que diga – e esse homem trabalhava lá, o reformado, mora abaixo de mim, noutro bairro. O meu arame pingava-lhe para um jardim que ele lá tem. Ele pôs um pau ao alto com meia dúzia de pregos, que era para que se eu estendesse a roupa e pingasse em baixo, ele rasgava a roupa toda, esse fascista.

Mulher C – Era secretário do senhor doutor por causa das casas.

Mulher B – Era o que ia ao tribunal dizer que não me conhecia, e eu tinha andado com ele ao colo.

Mulher A – Eu só me admira não terem ainda prendido o presidente do sindicato. Uma vez fui-lhe lá pedir uma esmola, havia um peditório para ir a Fátima. Eu tinha o meu marido muito doente, ia pegar às duas horas e eu saí logo pela manhã; 'oh senhor Neca, você não me dá qualquer coisinha lá do sindicato, que eu ia lá domingo', 'oh rapariga, ainda estão muitos à tua frente' (com ironia). E eu virei a chorar pois ele não me deu. E disse ao meu marido: 'se tu fosses lá'. E ele foi lá, acho que se pôs à porta do sindicato, e ele que vê, pegou em 20$00 e disse: 'pegue lá, mas tão cedo não volte aqui'. Esse malandro! esse tratante! Tem duas casas à custa de nós. Aqueles prédios que estão na Covilhã são dos mineiros, não são deke. Havia de toda a gente fazer força, pegar nele pelos cabelos e arrastá-lo para o meio da estrada e irmos nós lá para dentro.

Mulher C – De maneira que depois eu vim aqui, fui ao senhor doutor e ele disse-me assim: 'oh rapariga, então tu queres ir para casa?'. 'Eu necessito de uma casinha maior porque tantos filhos e estou em breve a ter outro'. 'Prontos rapariga, entendo eu que de pais para filhos, de filhos para pais, que deve estar bem'. 'Pois é senhor doutor eu também entendo que sim'. E esse tal Neca Maria fez força à conta dos cinquenta mil reis. Mas depois acaçeiem-me dentro de casa e fiquei com os cinquenta mil reis no bolso! (risos)

Mulher A – Uma vez mandei-lhe uma pescada e um presunto, mas ele comeu o presunto e a pescada e nunca me reformou o meu marido. O meu marido esteve sempre 'cem por cem'.

Ass. do Combate – Quer dizer, vocês viam como única possibilidade de conseguir uma coisa que por direito vos pertencia, o presunto, a pescada, etc.

Mulher B – E galinhas, patos...

Mulher A – Era pescada da melhor, era presunto que a gente mandava vir lá das nossas terras, para lhe dar. E ele uma vez teve a distinta lata que disse assim ao meu marido (omeu marido era uma homem que ele conhecia): 'ouve lá, a tua mulher está a trabalhar, não está?'. Eu era cozinheira, estive lá muitos anos. 'Então tu rapaz, tu não sabes onde eu moro?'. Perguntou ao meu marido, que disse: 'Sei, sim senhor doutor.' 'Então diz lá à tua mulher que eu moro ali adiante na farmácia velha'. Foi quando uma cunhada minha, que ainda está viva, me trouxe uma pescada que custava quatro quilos, que eu fui-lha lá levar. E atrás da pescada foi um presunto, e atrás do presunto foi outra pescada, e atrás dessa pescada foi um grande galo. E ele nunca foi reformado. Morreu com 570$00 por mês.

Ass. do Combate – Mas vocês nunca se organizaram para reivindicar direitos e coisas que necessitassem?

Mulher A – Nós não podíamos, ainda íamos presos. O meu marido saía das minas e chegou muitas vezes a estar ali a 'coisinha' porque ele era contra. Não se podia falar. Esteve muitas vezes para ser preso, mas ele lá se fugia. Mas uma vez eles foram e puseram-se à roda da minha casa e eu, claro, disse que ele não estava em casa. Ele foi para casa da minha irmã, para Paredes, porque não se sabia se ele ia preso.

Mulher B – Vinham umas carrinhas buscá-los.

Mulher A – Vinham umas carrinhas aqui às minas buscá-los. É claro, o meu marido como era contra essas coisas é já tinha estado preso. Porque eles davam-lhe com o chicote. E começou-se a acobardar mais, e depois tinha 48 anos, andava muito cansado, cheio de pó. Nem sequer falar podia. Era eu o homem da casa. O meu marido fumava, comia, bebia, e os meus filhos e ele com 570$00, não se podia viver. Era de andar a pedir de porta em prta. Esses desgraçados nunca tiveram pena de mim. O resto que eles davam aos mineiros, que não podiam trabalhar, que estavam reformados, era pô-los fora de casa. Mas não foi que eles se arependeram e tinham ordens para a gente não sair daqui, para os reformados não sair. Foi o que ainda me calhou melhor. Depois de o meu marido morrer é de nós pagarmos a renda, foi ordem deles, 'quem não pagar renda, despejar; ou paga renda ou sai para fora de casa'. Quem não podia pagar renda teve de arranjar uma barraca como pôde.

Ass. do Combate – Vocês se reparassem viam que uma grande parte das pessoas que trabalham aqui nas minas não eram naturais de S. Pedro da Cova. O caso deste senhor que é natural de Penafiel e veio trabalhar para as minas. Porque é que veio trabalhar para as minas?

Mineiro A – Eu vim trabalhar para as minas na altura em que houve uma grande crise de trabalho na construção civil, eu trabalhava lá. E, como tinha aqui família, em S. Pedro da Cova, vim para aqui. E os meus primos disseram-me: 'Tu não te dás alli porque é muito violento'. Eu disse: 'Onde trabalhar um homem, eu também trabalho'. E assim fui para as minas. E tive orgulho de entrar para as minas e nunca mais saí. Foi sempre uma minha reacção, onde trabalhasse um homem eu também trabalhava. Comecei a trabalhar e como fui sempre um tipo exaltado de memória, comecei a andar na "ponta da vara". E como comecei a andar na 'ponta da vara', eles começaram-me a dizer que por falar muito que perdia. E eu dizia-lhes a eles que se perdesse eu, ganhavam outros, porque para um sítio ruim e perigoso havia de ir alguém, e apanhavam-me a mim. E assim se foi passando, trabalhei 23 anos e andei sempre na 'ponta da vara', fui preso quando andava a trabalhar. Estive várias vezes 'para ir', sempre na 'ponta da vara'. Mas eu como fui sempre um indivíduo de ideia, nunca recusava; era aquilo e era aquilo que me surgia.

Ass. do Combate – Desculpe lá, o que é isso de 'ponta da vara'?

Mineiro A – A 'ponta da vara' era nas marcas mais perigosas que havia, mais deficientes com falta de ar. Era para onde eu ia e eles diziam-me que era por eu falar muito que só estava a perder. E eu imediatamente lhes dizia que se perdesse ganhavam outros, porque alguém tinha de ir para lá.

CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DAS MINAS

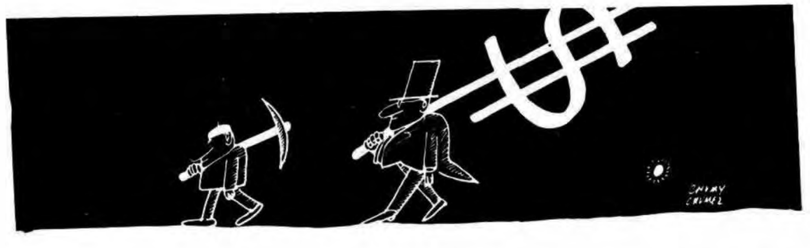
Ass. do Combate – Quais eram as condições de segurança que havia no interior das minas?

Mineiro A – As condições de segurança, nós ao princípio – durante uns anos largos – era descalços, sujidades naqueles regos. Nós vivíamos ali numa situação incrível. Depois, veio par aqui um engenheiro que tratava da segurança e então obrigou-nos todos a usar galochas e capacete, que não se usava. Mas houve aqui muitas mortes na mina por motivo de os capatazes não quererem a segurança. Era produção de carvão! E surgiu, eu nunca fiquei porque era um tipo que sabia trabalhar na frente; não trabalhava, trabalhava atrás. E eles ameaçavam-me logo. O certo é que me mandaram trabalhar. Eu disse: 'não, para agora é aqui, para a frente não vou'. 'Pois olha se chegares ao fim e não ganhares...' 'Vale o mesmo, é aqui que eu trabalho, para a frente não vou'. Porque via o perigo atrás e só tinha aquela saída. Eles não olhavam à segurança. Morreram homens que eu cheguei a trazê-los às costas, às cubas, pelo ..... abaixo, que é oblíquo, aprumado. Eles não olhavam a segurança, era só: monte de carvão. E morreram alguns homens ao pé de mim, que eu posso provar no tribunal à frente de quem for.

CONDIÇÕES DE TRABALHO

Ass. do Combate – Vocês eram obrigados a produzir por dia que quantidade de carvão?

Mineiro A – Eles marcavam uma conta. Se nós não produzíssemos aquela conta, eles tiravam-nos o ordenado. Nós chegáva-mos ao dia e tínhamos se for preciso ganho só meio-dia ou três quartos. Chegáva-mos para receber e lá víamos : penalidade. E nós olhávamos, queixávamo-nos, outro meu colega queixava-se. Nós insultávamos aí. Aí,



Ass. do Combate – Como vocês dizem antes do 25 de Abril não era possível organizarem se. E depois do 25 de Abril, o que é que vocês têm feito?

Mulher A – Enquanto esteve aqui o Zeca Santos no 'coisa' não fazíamos nada porque não pudessemos; a gente também tinha medo. Éramos de S. Pedro da Cova e, é claro, tínhamos ainda um tampão metido na boca e ainda não podíamos ... Depois que começaram a dar os primeiros passos, nós ficámos todos contentes, todos satisfeitos. Virámos todos para aqui, para o Centro Revolucionário, porque entendemos que era isto que nos fazia falta.

Ass. do Combate – Vocês sentiam falta de quê?

Mulher A – Falta de compreensão para nós todos, havia aquela falta das nossas obras em casa. Chovia e não podíamos dizer que chovia – eles diziam: 'vai-se lá amanhã', mas não iam.

Mulher B – Eles diziam: 'saiam das casa para fora, larguem as casa'. Para onde é que havíamos de ir? Para a rua?

Mulher C – Eu meti duas carta para fazer obras na casa. Tenho lá o soalho – todo podre que andei a pregar. Meti duas cartas para o senhor Zeca Santos, para mandar compôr a casa. Passado um tempo, apareceu lá ele e o secretário, o senhor padre Sousa, e eu disse: 'oh senhor Santos, a minha casa está necessitada de fazer obras'. Não tive vergonha de falar à frente do patrão. E diz-me ele assim: 'a senhora meta uma carta'. E eu disse: 'quantas cartas é que o senhor quer? para rasgar e meter nocesto dos papeis? Se o senhor não resolver fazer obras, o caso tem de ser de outra maneira.' Porque já tinha passado o 25 de Abril e a gente já podia ter falado mais um bocado. Até hoje, nunca mais consentiu fazer obras, nem vieram reparar a casa, nem vieram ver nada. Nunca mais. Eu estou lá há 14 anos e aquelas casas já estão lá, para aí há vinte e tal anos. O meu sogro esteve lá naquela casa. Foi ele que a estreou. Depois ele fez uma casinha com umas 'posses', poucas que tinha, porque tinha sido posto fora de casa quando começaram a passar a reform

Ass. do Combate – Porquê?

Mulher B – Quando os reformados paravam, eram postos fora das casas.

Mulher C – Logo que os reformados parassem, não tinham casas para viver. Até que depois o meu marido, como trabalhava na mina – ainda era o falecido doutor Porfírio vivo – , e então fez-se um acordo. Eu fui lá pedir, porque eu estava breve a ter bébé e estava num barraco de madeira, até só com uma divisão: um quarto e uma cozinha.

Mulher A – Mas esse porfírio, foi esse que me matou o meu 'home', digo-o à boca cheia. Porque o meu homem estava pela Caixa, e ele nem Caixa me dava. Ele esteve um ano com 570 $ 00 por mês para viver. Tinha o filho na tropa e o meu falecido homem estava com o pó: cem por cem.

Mineiro A – Quem é que matou o seu homem, o seu marido?

Mulher A – Foi o doutor Porfírio, não foi mais ninguém. Ele já morreu, mas o diabo que o leve, que eu não tenho pena nenhuma desses homens assim ....

Mulher C – Depois vim aqui à mina e fiz ver ao Zeca Santos e ao Neca Maria (também achado no assunto) para acabar a casa do meu falecido sogro. Prometi 50$00 ao Neca Maria – (risos) – com aquele interesse... Ele chamou-me ao douto ...

Ass. do Combate – Esse Neca Maria, o que era?

Mulher C – Era secretário do senhor doutor por causa das casas.

é como quem diz, íamos ao escritório e dizíamos assim: 'não há direito, e tal, isto é uma cambada de gatunos, é isto, é aquilo, é aqueloutro'.

Mulher B – Mas era baixinho...

Mulher A – Não podiam dizer gatunos logo.

Mineiro A – Na certeza porém que nós dizíamos assim, vamo-nos queixar. Mas a quem? A quem é que nos havíamos de quixar? Ao sindicato, não adianta nada.

Mulher B – Aquilo era tudo da mina, não se podia a gente queixar que aquilo era tudo da companhia.

SINDICATO: "NÃO ADIANTAVA NADA"

Mulher A – O sindicato era o próprio a comer...

Assinante do Combate – Vocês alguma vez foram junto do sindicato dizer que não podiam produzir aquilo que lhes era imposto?

Mineiro A – Quantas vezes lá fomos. Mas não adiantava nada. Eles diziam que se eles marcavam é porque sabiam o que marcavam. E quando eles marcavam contas, que nós não nos podíamos queixar. E quando nós eramos castigados era quando trabalhalhavâmos mais. Eu cheguei a faltar-me uma cuba para a contar ser cortado, penalizado.

Mulher B – E quinzenas de catorze dias, botavam-me o dinheiro e eu dizia: esta fêria não é do meu marido. Eu vejo o número, mas a fêria não é esta. Da quinzena de catorze dias davam-me sete dias. É verdade ou mentira?

Assinante do Combate – Constituia esta uma regalia que os mineiros tinham?

Mulher A – Era uma regalia deles!

Mulher B – Era uma regalia mas era para o patrão, não era para o pobre.

Mineiro A – Não era regalia, porque aquilo passava por ser uma cooperativa dos mineiros, mas nós nunca soubemos lucros. Quando trabalhávamos e o ordenado não chegava eles roubavam do abono de família sem autorização para pagar à cantina e entregavam só o resto.

Mulher C – E era quando chegava...

Mineiro A – Mesmo esse resto eles não davam. Iam lá as mulheres buscar a despesa e eles não davam a despesa.

Mulher C – Numa ocasião eles negaram-me a despesa e fui muito rateirinha... e já não vim de barriga vazia embo

Mulher A – E quando foi pelo natal homem falecido homem, era um fato de ganja que eles davam, e ele chegou aqui para receber a semana e o fato. E não tev nem fato de ganga nem semana. Não teve um tostão. Parece que até as bagadas lhe caiam pela cara abaixo quando che gou a casa. Nós a contar com aqueles seis dias e com o fato de ganga, e nem tostão.

ENCERRAMENTO DAS MINAS: UMA ALEGRIA PARA OS TRABALHADORES

Assinante do Combate – Que significado teve, para vocês, o encerramento das minas?

Mulher C – Para nós até foi uma alegria. Eu já queria que o meu marido saísse há muito tempo. Ele dizia que não saía, que tinha medo ao trabalho pois ele era da construção civil. Dizia que tinha medo ao trabalho por causa das rendas de casa. Eu dizia, nunca falt ou nem cova ao vivo nem cova ao morto; sai e deixa essa porcaria. Porque ele foi atingido à morte por umas poucas de vezes. Eu ralhava com ele, queria que ele saísse. Depois fechou a mina, ainda esteve 15 dias desempregado. Depois empregou-se até hoje, está com 7.500$00. Para mim, ao menos, entendo que foi uma boa coisa sair da mina. Porque ele andava aqui ganhava 58$00 para nove pessoas, não dava para nada. Nós não pagávamos renda de casa, é uma verdade, mas eles faziam descontos enormes, isso já pagava a renda de casa e mais do que isso. De maneira que passei muita necessidade, muita fome, e dei muita fome aos meus filhos com esta códea da mina que eles ganhavam.

Mulher B – Eles foram uns ladrões toda avida porque estava na lista para o Estado, carvão, lenha, luz, água – tudo dentro da porta. Já era incluída toda a fêria para o Estado. Por isso, pode dizer-se à boca cheia, que isto é nosso, porque nós já há muitos anos que estávamos a fazer descontos para isto tudo. Se eles não davam ao Estado eram ladrões porque estavam a ficar com ele. Eu não estou a dizer mentira nenhuma. Era incluída a renda, o carvão, a luz, e água, dentro da porta, quando nós não tínhamos nada disso. Estávamos a pagara luz à nossa conta. Água quando chovia tinha mos mas agora de verão estamos a pagá-la.

Mulher A – No bairro norte não há um tanque, temos de dar 10$00 por semana para ir lavar a umas vizinhas lá longe.

Assinante do Combate – Vocês consideram que foi bom para a freguesia e para os próprios mineiros o encerramento das minas?

Mulher – Eu acho que sim.

Mineiro A – Eu sou um mineiro que trabalhei aqui cerca de 23 anos e para mim foi uma grande coisa. Se elas ainda trabalhassem, eu estava habituado aqui, era ainda era capaz de trabalhar. Mas foi uma grande coisa eles pararem. Para todos os meus companheiros que eu agora encontro por qualquer lado, até parece que renovaram. Os meus companheiros pareciam uns velhos e eu também, com esta questão das minas. Nós passávamos um sábado e um domingo, parecíamos uns velhos – tudo renovou. E agora desde que veio o 25 de Abril ainda tudo renovou mais.

Mulher A – Depois que viemos para aqui tomar conta disto. Isso é que renovou. Porque até aí senhor...

Mulher B – Até aí ainda tínhamos a terra do carvão sobre os olhos.

OCUPAÇÃO: PORQUÊ?

Mineiro A – Então querem vocês dizer que desde que foi o 25 de Abril e depois que veio o Centro Revolucionário Mineiro para as viúvas e para todos os mineiros, é que isto...

Mulher A – Aí pois foi. Porque nós ainda tínhamos a capa sobre os olhos.

Ass. do Combate – O que significa para vocês a ocupação dos escritórios das minas?

Mulher C – A ocupação aqui dos escritórios, entendo que foi um passo bem dado para a gente.

Ass. do Combate – Essa ocupação foi feita por pessoas que nunca trabalharam nas minas?

Mulher B – Que nunca trabalharam nas minas e que abriram os olhos à gente.

Mulher C – E a gente agora vai sabendo os problemas que havia cá dentro que ainda está muita coisa para se saber.

Ass. do Combate – Mas vocês entendem que essa descoberta de problemas e de casos que se passaram com os mineiros, deve ser feita por pessoas estranhas aos problemas dos mineiros ou que devem ser os próprios mineiros a pesquizarem todas essas anomalias?

Mulher C – Deve ser por toda a gente: pelos mineiros e por estes senhores que aqui vieram abrir os olhos aos mineiros, porque eles não sabiam nada. Eles é que dão aos mineiros.

Mulher C – Mas agora uma coisa: os próprios mineiros, se houvesse mineiros já antigos, eles é que haviam de tomar conta e andar junto aos senhores para saber o que se passava.

Mulher A – Pois, esses senhores que tomaram conta junto aos mineiros, a estes mineiros mais velhos que aqui tra-

Fonte: www.marxists.org/portugues/tematica/combate

A VIDA E A LUTA DOS MINEIROS de S. PEdRO dA COVA

balhavam. Mas infelizmente não há. Porque eles coitados, esses mineiros mais velhos quase que nem podem andar; tomara a eles estarem sentados bem instalados numa cadeira. Ao menos estes mais novos deviam ter pena das viúvas e destes senhores de idade que aqui trabalharam na mina. Isso é que está bem. E compreender-se todos uns aos outros e levar isto da melhor maneira. Isso é que havia de ser, cá para a minha maneira de ver é isto.

DESENVOLVIMENTO DA LUTA: O ABAIXAMENTO DAS RENDAS

Ass. do Combate — No dia 22 de Maio deste ano um grupo de pessoas, professoras da Escola D. Afonso V, o grupo de teatro Círculo e alguns elementos da população ocuparam parte do edifício da central e os escritórios das minas. Depois realizou-se um plenário no dia seguinte, nesse plenário foi lida uma moção em que um dos pontos seria uma revisão das rendas. No primeiro mês não houve qualquer modificação nas rendas que só foram alteradas no mês seguinte. Como consideram o abaixamento das rendas?

Mulher C — O abaixamento das rendas, achei muito bem. A minha renda já era baixa, já não era muito puxada. Havia rendas muitos puxadas e achei muito bem levarem o corte que levaram. Por exemplo, esta senhora estava a pagar 240$00 quando estava nas mesmas divisões que eu. Eu estava a pagar 180$00, mas botaram a corrente à conta do patrão e eu passei a pagar 205$00. Até que agora cheguei à conclusão que estava em 180$00 porque fui das primeiras chamadas à conciliação e das primeiras que passaram a pagar a renda. A seguir já pagava renda há 11 meses quando esta senhora foi chamada, e eles tiveram que cortar aquele dinheiro que não tinham colhido na renda dela. E quem diz na renda dela, diz na renda desta.

Mulher B — Eu considero que isso que eles fizeram está tudo muito bem. A questão agora é que se compreendam todos e que a comissão de moradores do nosso lugar que se responsabilize por nós e tenha consideração pela E que siga sempre para a frente como tem seguido até agora.

Ass. do Combate — Vocês participaram no abaixamento das rendas?

Mulher A — Não senhor, eles é que puseram assim por eles.

Ass. do Combate — Vocês acham que deviam participar também no abaixamento das rendas?

Mulher A — Eu acho que está bem assim. Eles puseram conforme as possibilidades de cada um.

Assinante do Combate — Consideram que o abaixamento das rendas está bem feito?

Mulher B — Eu por mim acho que sim. Mas o senhor sabe que no meio destas coisas todas há sempre um que discorda com as coisas, por isso a tal respeito não sei. Eu por mim acho que está bem.

Mulher A — E quando morreu o senhor Sobral Mendes, a mulher deixou aqui uma bolada de contos para as viúvas todas e eles meteram-no ao bolso e as viúvas ficaram sem tostão.

A LUTA NA GRAFICA 2000

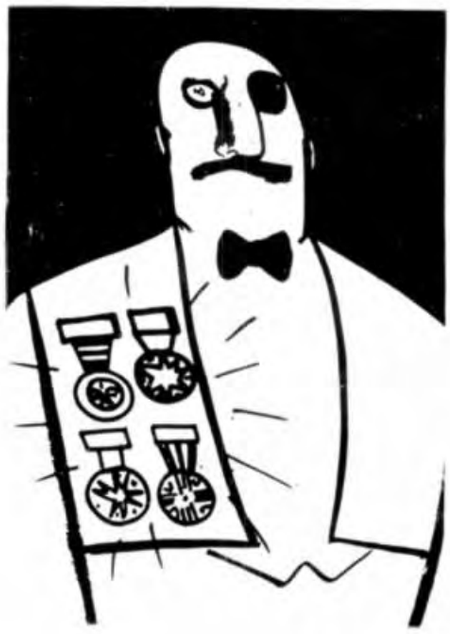
Os trabalhadores desta tipografia,após a ocupação das instalações de trabalho,continuam a sua luta pela construção de uma cooperativa gráfica.

A ocupação da tipografia foi devida,sobretudo,às manobras ignóbeis do patronato,entre as quais figuram:

1- O saneamento do delegado sindical da firma.
2- A negociata suja com livros pornográficos
3- A constante ameaça de despedimentos.
4- As propostas moralmente sujas do mesmo em relacção às empregadas.
5- quando da Sindicância,os delegados do Sindicato dos Gráficos o processo não foi conduzido democráticamente

Conscientes de que a EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES SERA OBRA DELES MESMOS, os trabalhadores da Gráfica 2000 prosseguem na sua luta.

A Comissão de trabalhadores



☐ QUERIA ASSINAR O COMBATE DESDE O Nº _____

1 ano (26 numeros) — 90$00, 6 meses (13 numeros) — 45$00
apoio (anual) — 120$00 mínimo
Europa (1 ano — 168$00) USA (1 ano 210$00) (por avião)
Angola (1 ano) — 207$00)

☐ QUERO VENDER O COMBATE

Junto envio _____$_____

(todos os cheques e vales devem ser enviados em nome da directora)

Fonte: www.marxists.org/portugues/tematica/combate

Contra-a-Corrente INFORMAÇÕES

razão de ser

O mercado do livro político (de esquerda, antifascista) conheceu em Portugal, a partir do 25 de Abril, um boom considerável. A literatura difundida, porém, e em conexão, como não poderia deixar de ser, com o movimento social, ainda débil, situa-se sobremodo nos diversos campos das ideologias acabadas: o cartilhismo, as verdades definidas e definitivas, que servem de veículo escrito à prática do pastoreio político dos diferentes candidatos, de esquerda e extrema esquerda, à chefia ou partilha do poder de Estado (ao qual, para o efeito, se chama, se chamará ou se chamaria popular, proletário ou outra coisa).

A literatura política que veicula a teoria (teoriza a prática) da auto-emancipação da classe proletária conhece, pelo contrário, uma difusão extremamente reduzida. O que se compreende, sem dúvida: os escritos, a teorização não caem do céu - são produtos e expressão da luta de classes e das necessidades por esta luta produzidas.

Desde o início da nossa actividade colectiva através do jornal Combate (que surgiu em Junho de 1974), temos vindo, melhor ou pior, a defender esta última perspectiva (a da auto-emancipação dos trabalhadores) - é esta a nossa razão de ser enquanto associação de pessoas e de colectivos. Sabemos que esta perspectiva conhece ainda, por certo, relativamente poucos partidários, o que se compreende tendo em conta a força ainda reduzida da capacidade da acção autónoma do proletariado da região portuguesa. Como não somos, porém, defensores do pastoreio político nem queremos, por isso, arrebanhar quem quer que seja, não nos preocupa em demasia (quer dizer: de forma a tolher a nossa acção) a relativamente diminuta difusão dos textos que publicamos. Preocupa-nos, sim apenas a coerência que tem de estar presente nos nossos actos para a defesa da perspectiva da auto-emancipação, cientes como estamos de que só esta perspectiva se pode apresentar como alternativa prática para a subversão da sociedade de classes mundial: a sociedade onde os trabalhadores estão reduzidos à condição de homens-mercadorias, de fornecedores de força de trabalho.

A nossa razão de ser contra a corrente é pois essa: a de assumirmos, sem receios de sermos minoritários, a defesa do futuro no presente. A única alternativa para o mundo presente - aqui, na América, ou na China - é a do mundo na qual os trabalhadores deixem de ser o que são (mercadorias) e reencontrem a sua dimensão humana: o comunismo prático. Para já, trata-se, pois, para nós, de defendermos o comunismo teórico, sendo isso que procuraremos, na medida das nossas possibilidades e capacidades, levar a cabo com as edições Contra a corrente.

PUBLICAÇÕES CONTRA A CORRENTE

A CRISE ECONÓMICA ACTUAL NA ESFERA DO CAPITALISMO AMERICANO
(mais um suplemento: ACTUALIZAÇÃO DE DADOS ESTATÍSTICOS)
João Bernardo

SINDICALISMO E ACÇÃO DIRECTA
Manuel Joaquim de Sousa, prefácio de Emídio Santana

UM ANO, UM MÊS E UM DIA DEPOIS: PARA ONDE VAI O 25 DE ABRIL?
ECONOMIA E POLÍTICA DA CLASSE DOMINANTE)
João Bernardo

TROTSKY E A DITADURA DO PROLETARIADO
H. Smith

APELO AO PROLETARIADO REVOLUCIONÁRIO (Rússia, 1923)
Grupo Verdade Operária

SOBRE A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES
Anton Pannekoek

A QUESTÃO DA ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA: UMA POSIÇÃO DE TRABALHADORES EMIGRADOS
Um grupo de trabalhadores emigrados

O COMECON E A CRISE ECONÓMICA MUNDIAL: A CRISE DO CAPITALISMO NOS PAÍSES DE LESTE
Jeune Taupe

LIVRARIA CONTRA A CORRENTE

A partir de Outubro abre em Lisboa, na Rua da Atalaia, 204-206 (ao Bairro Alto, perto do Príncipe Real), a livraria Contra a corrente. Uma outra encontra-se aberta, no Porto (Rua do Breiner, 50), desde há alguns meses. A Contra a corrente de Lisboa tem como objectivo a divulgação de livros e publicações, teóricos e documentais, de e sobre o movimento de emancipação do proletariado, de e sobre o movimento de subversão da sociedade de classes moderna, e procurará funcionar como pequeno centro de documentação internacional naquele sentido. Nela estarão à venda e para consulta a maior parte das publicações existentes em Portugal, bem como publicações de outros países. O local estará à disposição, para além disso, de colectivos ou pessoas que tenham necessidade dum sítio para levar a cabo iniciativas e que não queiram ficar enfeudadas (via "agradecimento político") a quem, pessoas, sociedades ou partidos, possui salas.

As Edições Contra a corrente, bem como o jornal Combate (colectivo de Lisboa), passarão a funcionar neste mesmo endereço.

CORRESPONDÊNCIA

Só por faltas nossas, de diversa ordem, não temos dado conta nas páginas do Combate da correspondência recedida. Não quizemos abrir uma "secção" deste tipo, até agora, porque entendemos este jornal como um órgão de livre expressão e, por conseguinte, que os leitores se encontram em pé de igualdade com aqueles que o fazem. Abrimo-la agora, porém, porque a nossa démarche não parece ter sido entendida e, por isso, para que fique claro que as nossas (oito!) páginas estão abertas a quem tenha algo a dizer e o deseje — e é evidente que não praticaremos censura a nível da escolha das cartas que nos sejam enviadas: o único critério terá de ser o do espaço.

Escrevo-vos para vos pôr um problema aparentemente formal mas que me parece ter muita importância, pois revela da vossa parte um retrocesso ideológico sob a aparência de uma negligência anodina.

Não só o Combate como também um dos vossos colaboradores num texto recente (J. Bernardo, Um ano, um mês, e um dia depois: Para onde vai o 25 de Abril? Lisboa-Porto, Edições «Contra a corrente», nº 3, junho 1975), passaram a utilizar a expressão «burguesia de Estado» ou «nova burguesia de Estado» para designar a nova classe dirigente que o Portugal pós-caetanista e principalmente pós-spinolista está a segregar. Eu não sou por um preciosismo terminológico que tem mais a ver com a racionalidade burocrática do que com o rigor teórico ou com a prática revolucionária. Mas neste caso parece-me que se trata de outra coisa (um alargamento táctico?)!

O vosso colaborador já citado num texto anterior (Para um modo de produção comunista, Porto, Afrontamento, 1975) estabelece uma polémica teórica quanto à alternativa terminológica burocracia-tecnocracia. Sem discutir se tal polémica é teorizável ou não, e, pessoalmente, preferindo por inércia de formação o uso do termo burocracia, parece-me que o recurso a uma terceira designação «burguesia de Estado», constitue um recuo.

No regime capitalista os trabalhadores encontram-se expropriados dos meios de produção, um determinado regime político obriga-os coercitivamente a produzir mais-valia, e esta é apropriada por uma classe social que dirige e gere a produção nos seus múltiplo aspectos. Isto é verdade tanto no capitalismo ocidental, como no oriental, como ainda no do «terceiro mundo». As classes sociais dominantes é que variam. Abstraindo o último caso, a grande diferença entre os dois primeiros é a natureza da classe exploradora que na Europa ocidental e na América do Norte é originariamente a burguesia, e na Europa Central, Oriental e Asiática é a burocracia. Estas duas classes sendo diferentes, a sua existência e acção implicam regimes sociais muito diferentes. Se ambos conhecem a expropriação e exploração dos produtores (isto é, em termos de crítica da economia política segundo a teoria marxista: capital e mais-valia), tanto o funcionamento económico como os regimes institucionais dentro do qual aquele se insere, são diferentes.

Burguesia e burocracia não só se distinguem pela sua organização interna, pela forma como recrutam os seus elementos na sociedade civil, como se reproduzem como classes, mas também pela maneira como objectivam os seus interesses económicos e políticos, como se articulam na sociedade civil com as outras classes, sobretudo como exploram e oprimem o proletariado, como o mantêm expropriado (como é reproduzido o capital), como se apropriam da mais-valia e reinvestem uma parte desta (como por exemplo, os tendimentos da burguesia livre-concurrencial incluem a mais-valia a reinvestir, enquanto os da burocracia já não os incluem, sendo totalmente improdutivos; e não é por acaso que os ministros económicos radicais do actual governo já pensam nesse problema, e imaginam pagar parte dos salários aos funcionários públicos em títulos: no capitalismo burocrático são os salários dos trabalhadores que incluem a parte de reinvestimentos!), etc, etc.

De uma maneira geral o Combate mantém uma indeterminação quanto à designação da classe social dominante no capitalismo de Estado (ou seja sem propriedade nem proprietários privados dos meios de produção); umas vezes designa-as de tecnocratas, outras de de burocratas, de novos gestores de capital, de novos patrões e, agora, de nova burguesia de Estado.

Todas as designações que descrevem uma classe que possue os meios de produção através da sua função social no aparelho produtivo parecem-me utilizáveis — e esta indeterminação parece-me significar tácticamente uma aliança entre todas as forças políticas que apoiam as lutas operárias que têm como objectivo prioritário o Estado capitalista enquanto, direi, patrão público monopolista. Mas o recurso a expressão «burguesia de Estado» alarga esta aliança a correntes que mantêm o mito trotsquista da «burguesia parasitária» (que constitue decididamente a ideologia dominante de toda a extrema esquerda!). São correntes que consideram que o capitalismo foi «restaurado» na Rússia, mas que a China é socialista. A burocracia russa, no período que precedeu essa «restauração» e — para os mais esclarecidos — certas excrecências burocráticas actuais do aparelho político chinês são provisórias, «parasitárias»; na concepção trotsquista tradicional estão condenadas a ser varridas ou por uma «restauração capitalista» ou pelo proletariado.

A utilização do termo «burguesia» impede de compreender as tendências mais modernas — e mais íntimas — da sociedade capitalista industrial, assim como as diferenças essenciais entre os dois regimes industriais de exploração capitalista, para não falar da natureza de uma sociedade socialista. O recurso tardio à expressão burguesia de Estado parece-me ilógico e sem interesse. O atraso organizacional e político de certas burocracias partidárias leva-as a sentir a vocação de representação da classe operária, ou da sua «vanguarda» e de gestão da força de trabalho, mas ainda não da direcção do conjunto da sociedade. Esta limitação leva-as a pensar a sua originalidade «como uma diferença para com a burguesia de Estado. Por outro lado não conseguem pensar um «comunista» a explorar o proletariado, a não ser sob a forma de traição, isto é, de um burocrata parasitário ou de um burguês restaurado. A imprensa M-L portuguesa é bem ilustradora: O CDS é fascista, o PPD/PS representa a burguesia liberal social-democrata e imperialista, e o PC engana a classe operária. Não existe, como para o trotsquismo, (e só neste aspecto eu estabeleço a comparação), uma burocracia com um projecto político próprio, e com vocação a ser uma classe dominante.

Mas para terminar queria já agora fazer uma consideração final, um pouco mais geral, e que de uma maneira ou doutra tem a ver com tudo o que disse até aqui: Qual é o actual regime português?

Eu proponho a seguinte caracterização atsiugtort: Estado capitalista degenerado.

É um facto que desde o golpe de 25 de Abril de 1974, ou da crise de Setembro, ou mesmo do contra-golpe de Estado do 11 de Março de 1975, a classe operária não fez nenhuma revolução — o que não tem nada a ver com a sua pretensa incapacidade e falta de consciência revolucionária — mas a «radicalização» do regime para formas económicas cada vez mais concentradas, só tem uma contrapartida compreensível na forma como a classe operária e as massas populares em geral, aproveitam cada brecha aberta pelo poder para se infiltrarem e estabelecerem blocagens à exploração capitalista a todos os níveis (de tal modo que esse poder não tem tido outro recurso que o de César de Oliveira, ideólogo de certas sínteses ocasionais que no interior do poder actual possam representar um projecto social militar sem PC (ou com um Pc minoritário), afirmava recentemente ao quotidiano parisiense Libération: "Nós fizemos em Portugal uma arrancada que ultrapassa a capacidade e a consciência revolucionária das massas populares" (11/6/75); e na sequência desta afirmação acrescenta: "O controlo da produção pelos trabalhadores é um objectivo do Conselho da Revolução, mas nós não sabemos ainda como realizá-lo". (ib.) Extraordinário. É são ideias que não só têm a canção das armas como a canção científica de um historiador do movimento operário.

fundamentais de sociedade exploradora e os vários projectos concorrentes que os pretendem instaurar (a nosso ver a estratégia das massas populares consiste em jogar com todas as divisões entre os vários blocos com pretensão à gestão do capital estadualizado e mantendo de pé os vários tipos de legitimidade política).

A maior parte das análises e teorias fundamentam-se numa experiência «central»: a degenerescência da Revolução russa (e do movimento operário). A edificação das democracias populares, e a construção do «socialismo» nestas, constituiram a primeira crítica prática à unilateralidade daquelas posições, porquanto não lhes pre-existiu um Estado operário a degenerar. A ruptura de Tito não passou de um corolário da nova situação: o aparecimento de rivalidades entre burocracias nacionais, ou entre uma burocracia imperialista e uma burocracia nacional. As «revoluções» da Europa Central e Oriental no pósguerra (ou seja, a construção de regimes de «capitalismo burocrático»), provam que o capitalismo sem propriedade privada dos meios de produção e a exploração do proletariado por uma classe de funcionários burocratas ou tecnocratas, se inscreveram nas tendências mais íntimas da produção industrial do pós-guerra. A experiência chinesa apresenta uma grande originalidade em relação às democrad

s democracias populares, pois a China não era demodo algum um país industrial e porque o PCC não conquistou o poder com a ajuda do exército russo, mas forjando o seu próprio exército a partir de e em articulação com um movimento de revolta camponesa altamente dinâmico e extremamente popular. A industrialização da China é talvez dos fenómenos estudar as reservas pacientemente acumuladas durante 15 anos de ditadura capitalista). A estadualização da economia e a burocratização das actividades sociais, tem correspondido uma emersão das massas populares em instituições cada vez mais incontroladas.

Na fase actual não tem havido uma recuperação burocrata e capitalista das lutas operárias, mas uma recuperação operária dos conflitos entre dois tipos CDRs, dos CTRs, dos PSs «verdadeiramente socialistas», das «comissões de controle» dos Cémres de O., das comissões de trabalhadores dos ministros económicos, etc, etc.

Um Estado dominante, um proletariado expropriado, uma mais-valia produzida, ausência de enquadramento das massas e sobretudo dos produtores directos e de gestão da força de trabalho, o que é sendo um Estado capitalista degenerado!

Degenerado precisamente por uma classe operária com uma grande consciência e capacidade políticas mais instrutivos e ricos do nosso século. A experiência cubana não apresenta uma originalidade muito grande, a não ser a que lhe advém do contexto internacional em que se inseria. (Noutra situação ela situar-se-ia entre as experiências burocrático-militares do «terceiro mundo» que abstraímos voluntáriamente). E o caso português?

Um campesinato proletarizado, um proletariado urbano decisivo, uma industrialização essencialmente realizada pelo salazarismo, uma tecnocracia estabelecida nos orgãos de decisão pelo caetanismo, uma burocracia instalada nacionalmente pelo 25 de Abril, tudo isto mais ou menos unificado pelo contra-golpe do 11 de Março... mas então o que é que falta a este país... para ser socialista? libertar-se exactamente de tudo aquilo que possue para ser capitalista.

E o que é que lhe falta para ser capitalista? Prencher o vazio institucional que lhe permite vir a ser socialista: a ausência de enquadramento, contensão e direcção da classe operária.

É é exactamente disto que é questão em todas as discussões e crises no poder: quer se trate dos tics, pelo menos igual à de outras classes ou embriões de classe, mas ainda sem força que lhe permite destruir os enormes aparelhos institucionais de Estado que desde o 25 de Abril não deixam, preventiva e prospectivamente, de se reforçar.

A luta de classes em Portugal neste momento é, diria, ideal, pura: os produtores encontram-se em luta contra os expropriadores, uma luta idealmente, quase, sem mediações institucionais integradas num aparelho de exploração. É a ausência de uma interligação institucional entre a base e o topo da sociedade, que empresta ao discurso do poder actual a tonalidade do que em termos de psicologia clínica se designa de delírio.

Pete, o Vagabundo

Fonte: www.marxists.org/portugues/tematica/combate

MILITARIZAÇÃO

Do Trabalho na

CHINA

Apareceram recentemente na imprensa internacional três pequenas notícias sobre a China que passaram despercebidas no meio das «reportagens» e «assuntos de actualidade», mas cujo interesse é grande para todos os trabalhadores militantes que se interessam e são solidários com as condições de vida e de luta dos trabalhadores dos restantes países e sociedades.

A primeira notícia, difundida pela rádio da província deChekiang da China Popular, ao sul de Changai, no dia 24 de Julho de 1975, anuncia que cerca de seis mil soldados foram enviados para onze fábricas da cidade de Hangchow, a fim de tomarem parte na produção. À primeira vista, a justificação parece simples na lenga lenga tradicional da ideologia maoísta: «os soldados ao serviço do povo», etc... Mas as coisas são mais complicadas, pois que a mesma Rádio considera este «serviço do exército popular» como uma intervenção necessária, devido ao facto de que «os operários se mostravam incapazes de aumentar a produção e se encontravam sob a má influência de elementos contra-revolucionários e em presença de actividades de sabotagem dos inimigos de classe». Um dos jornais que faz referência a esta situação, o jornal Le Monde de Paris, acrescenta que nenhuma precisão é dada sobre todas as actividades...

Não é a primeira vez que nos grandes centros industriais chinese o Exército Popular intervém contra os operários, pois que é bem de operários que se trata quando se fala de elementos «contra-revolucionários». O jornal americano New York Times precisa, citando pessoas recém-chegadas de China, que se têm produzido últimamente em Hangchow várias greves e lutas entre facções políticas diversas exigindo a intervenção de membros superiores do PC Chinês, e a depuração de membros do Partido da região. Ainda segundo as mesmas fontes «como consequência destas greves um grande número de operários de Hangchow teriam sido enviados para campos de concentração». Note-se antes de mais que estes «campos de reeducação», especialidade dos sistemas concentracionários de tipo fascista e estalinista, começam agora a reaparecer na sociedade chinesa com mais frequência. Num recente livro publicado em França (Jean Pasqualini, Prisonnier de Mao, NRF, Paris 1975) um ex-prisioneiro de um destes campos dá-nos elementos preciosos para a compreensão deste sistema de «reeducação» pelo trabalho forçado, cujo objectivo consiste a fazer aceitar ao prisioneiro a posição do governo em todos os domínios, «com um apaixonado consentimento». Mas isto é outra história...

Desde a tomada do poder pelos maoístas em 1949 e especialmente desde o período de «o grande salto em frente» que o regime maoísta se encontra frequentemente face à reacção da classe operária chinesa dos seus sectores mais activos, que se opõem às necessidades do capitalismo de Estado chinês que são as de qualquer economia nacional; isto é: aumentar a extração da mais-valia, a exploração do trabalho assalariado, afim de acumular capital, reforçar o aparelho de Estado e o seu poder económico, assim como melhorar a sua competição com outros sistemas, em particular contra o capitalismo de Estado russo.

E esta generalização do sistema assalariado na sociedade chinesa que está na origem de todas as lutas internas no Partido Chinês (Shao Chi versus Mao, Mao versus Lin Piao) e no contante «reaparecimento» de mentalidades burguesas no seio da classe»! Um quarto de século após a tomada do poder pelo PCC, a classe operária chinesa constitue hoje uma força enorme e poderosa com a qual a classe dirigente tem de contar. Já durante a Revolução Cultural a sua intervenção alterou substancialmente as relações das forças em presença e desde então as diversas tendências da classe dirigente tentam ganhar o seu apoio ao mesmo tempo que se torna imperioso aumentar a sua exploração. Mas pouco a pouco a classe operária chinesa começa a separar os seus interesses de classe dos da «economia nacional» dos seus dirigentes; começa a agir colectivamente contra o aumento da produtividade, da exploração. Os camaradas que de forma crítica se interessam pela história das lutas de classe na sociedade chinesa podem encontrar elementos de análise em dois textos recentes:

«A luta da classe operária sob o capitalismo de Estado Monopolista», no livro Para uma teoria da Produção comunista, J. Bernardo, Afrontamento, Porto;

O tigre de Papel / Sobre o desenvolvimento do Capitalismo de Estado na China, Ch. Reeve, Spartacus, Lisboa.

As recentes greves e a agitação que parecem de novo reaparecer na sociedade chinesa, não são mais do que a reacção de sectores da população trabalhadora chinesa aos projectos actuais de exploração da classe dirigente. Desde algum tempo vários sinais indicam uma tendência para a introdução de novos métodos de trabalho industrial, de linhas de montagem, de mecanização, de intensificação da divisão do trabalho. «A reorganização do trabalho industrial é hoje, portanto, fundamental para os dirigentes chineses. (...) Do ponto de vista do trabalhador tudo isto quer dizer aumento da productividade, imposição dos ritmos de trabalho pela máquina e pela linha de montagem, e não mais pelo «incentivo» político ou material.» (Introdução ao Tigre de Papel, ed. portuguesa)

Contra esta reacção operária a classe dirigente opõe um arsenal poderoso de repressão, dos campos de «reeducação» à utilização das forças militares. Face a isto, os operários chineses pouco podem por agora, rotulados de «reaccionários» eles têm de submeter-se à força dos que tudo possuem. Mas é nestas pequenas lutas que a sua força colectiva ganha raízes e se reconhece pouco a pouco, num caminhar lento e constantemente recomeçado pela sua emancipação, pelo afrontamento radical contra burocracia vermelha e sua destruição. Desde já estas lutas limitadas e abafadas pelas toneladas de propaganda maoísta, têm uma importância para além das fronteiras da sociedade chinesa. Todos os que, em Portugal especialmente, seguem cegamente e com confiança ilimitada os apóstolos do maoísmo, estes pequenos acontecimentos têm uma imensa significação. Muitos trabalhadores portugueses militantes de grupos maoístas apenas vêem neles uma crítica justa dos métodos dos partidos comunistas e do conteúdo de explo da sociedade russa. Só que tal crítica tem também que ser feita aos grupos que se reclamam da sociedade chinesa, que a apontam como exemplo de «socialismo a construir», e que ambicionam apoderar-se do poder político em nosso nome. Para além das possibilidades reais de realização de tais ambições, o que importa aos trabalhadores portugueses ou de outros países, é reconhecer na sociedade chinesa as mesmas bases de opressão e de exploração das classes trabalhadoras, a existência do salariato e dos seus apêndices repressivos, prisões, polícia, exércitos.

No desvendar o conteúdo de classe da sociedade que alguns «educadores do proletariado» e outros doutos «dirigentes» nos propõem, nós desvendamos também a sua prática presente e futura; se eles criticam hoje a «batalha de produção» e as nacionalizações é apenas porque não são eles que têm o poder político; se criticam o exército de hoje é apenas porque este não está subordinado ao seu partido. Uma vez no poder eles serão os primeiros a reprimir e a tratar de «contra-revolucionários» todos os trabalhadores que se oponham aos aumentos da exploração, justificados pelo «interesse nacional» ... desta vez da «pátria proletária» bem entendido !... Em conclusão: Não há salvadores supremos, produtores salvemo-nos a nós próprios!

INFORMAÇÃO SOBRE A EXISTÊNCIA DO COMBATE

A situação do Combate tem-se agravado de há meses para cá, no que diz respeito às possibilidades da sua feitura em Lisboa: o número de colaboradores de facto tem decrescido, por razões que não abordaremos aqui, não permitindo o número dos que se mantêm a sua saída regular – para além de que um jornal como o Combate implica todo um conjunto de actividades que um número tão reduzido de pessoas não pode sequer tentar. Em Lisboa, onde a feitura do jornal tem sido assegurada, há neste momento 3, 4 pessoas apenas que podem assegurar a sua saída. Nestas condições, a publicação do Combate em Lisboa não pode deixar de ser posta em causa, pois tem sido posta em causa na prática pelo desinteresse (que pode ser legítimo mas que, na medida em que não tem sido expresso, não se o mostra) dos camaradas que se têm mantido à volta das perspectivas nele defendidas.

Informamos assim que o próximo número não poderá sair com a periodicidade quinzenal que até aqui temos mantido. Entretanto, continuando a pensar em formas alternativas de manutenção do jornal, pedimos a todos os camaradas interessados que nos contactem, pois, como diria um grande político de cujo nome ingratamente nos esquecemos, "a hora é grave".

Composto e Impresso na "Gráfica 2,000" (EM AUTOGESTÃO) Rua Sacadura Cabral, 89 – A – CRUZ QUEBRADA (LISBOA) 2.500 – Ex.
COMBATE – Rua da Atalaia, 204/206 – LISBOA – 2 / APARTADO 193 VILA NOVA DE GAIA